

10 de Agosto 2020  
Segunda-feira  
Semanário - Ano 5  
Nº 221  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza

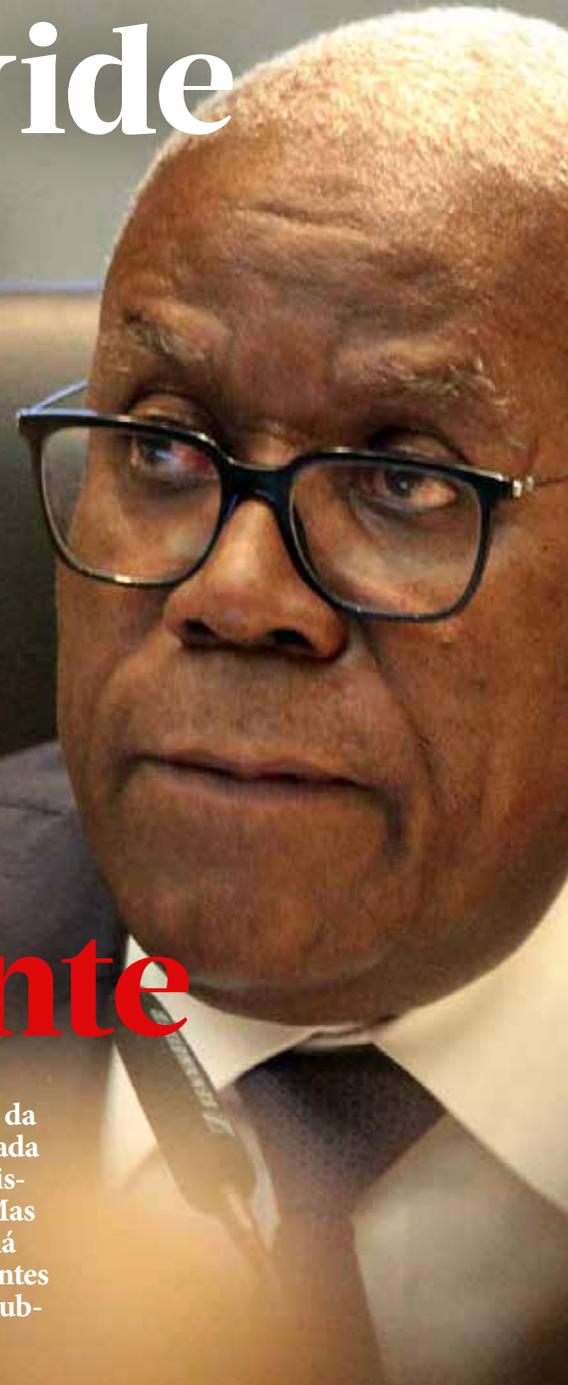


DILIGÊNCIA ESTÁ A SER EXIGIDA PELA PETROLÍFERA PÚBLICA

# Auditoria forense divide accionistas da Unitel

## Sonangol também dividida internamente

**EMPRESAS.** Contratação de uma auditoria forense às contas da Unitel continua a dividir os accionistas da empresa. Fonte ligada ao processo avança que a Sonangol insiste no tema, ante a resistência de Isabel dos Santos e de Leopoldino do Nascimento. Mas não só. O VALOR sabe que dentro da própria Sonangol não há consensos, porque há altos funcionários que entendem que, antes de exigir à Unitel, a própria petrolífera pública devia aceitar submeter-se a uma auditoria externa. Págs. 10



Mário Mujetes © VE

EMPRESÁRIA CELESTE DE BRITO ALERTA

## Objectivos do Desenvolvimento Sustentável obrigam à contratação de consultoria externa

Pág. 8

## Vende-se avião na Internet

A pandemia forçou o regresso de milhares de expatriados aos países de origem. E muitos destes decidiram colocar tudo à venda 'na hora da largada'. De vassouras a panelas e colheres, da bicicleta ao Porsche, há quem tenha colocado à venda até um avião no valor de dois milhões de dólares. E tudo isso no mesmo palco: em grupos das redes sociais. Págs. 14 e 15



ANGOLA-PORTUGAL EM 2019

## Trocas comerciais quedam 8,5%

Pág. 9

CÂMARA DE COMÉRCIO ANGOLA-ITÁLIA

## Falta de garantias e risco cambial são "entraves" ao investimento italiano

**ENTREVISTA.** Há linhas de financiamento e interesse de investidores italianos pelo mercado angolano, mas, antes de mais, alguns entraves têm de ser ultrapassados. Hélder Cardoso e Stefano Daperno, da Câmara de Comércio Angola-Itália, identificam a falta de garantias e o risco cambial. Mas há mais... Págs. 4 a 6



# Editorial

## O MÉRITO DE LUZIA SEBASTIÃO

Afinal, nem tudo está perdido. Não é apenas discernimento e clareza que remanescem na esfera de influência, sequestrada pelo radicalismo bacoco. Sobrevivem ainda exemplos de aprumo moral, de esclarecimento político e de coragem intelectual na mais fina elite da sociedade angolana. Especialmente aquela com conotações indelével ao MPLA. Nos dias que correm, encontrar essas três virtudes agregadas numa única pessoa permanece raro, ao arripio da narrativa da ampliação das liberdades no pretenso novo paradigma.

A elite intelectual angolana já carrega, aliás, o passivo histórico da tenebrosa e persistente covardia em momentos da verdade. Repita-se: particularmente aquela com laços de familiaridade com o partido no poder. Salvo raríssimas exceções, foi assim no longínquo reinado de José Eduardo dos Santos e é assim no novel reinado de João Lourenço. Perante a necessidade de um debate aberto e franco sobre as consequências económicas e sociais das opções políticas actuais, autoridades da craveira de Luzia Sebastião escapam ao espaço mediático. Desaparecem da esfera de influência e, quando muito, limitam-se a despejar generalidades indigestas. Aos temas essenciais que implicam o confronto com as narrativas do poder fogem como o diabo da cruz. Optando antes por enclausurar os argumentos discordantes nas conversas de cozinha e

de bar. Longe, portanto, dos ouvidos das massas. As consequências não poderiam ser mais desastrosas. Esse espaço acaba abocanhado por fenómenos de difícil caracterização, como a bajulação descarada, a ilusão do imediatismo, a inconsciência do radicalismo e uns tantos inumeráveis da mesma estirpe. O ajuizamento e a serenidade tornam-se raros.

No fundo, é este histórico-contexto de triunfo da ignorância e da indiferença das elites, alimentada pela cultura do medo, que faz de símbolo a intervenção pública de Luzia Sebastião, na televisão estatal. Não se trata, pois, de se estar de acordo ou em desacordo com as suas convicções quanto às vantagens da via negocial em processos que envolvam alegados crimes económicos. Ou quanto ao tratamento que determinados processos mediáticos têm ou não deviam ter nos tribunais.

O mérito de Luzia Sebastião está essencialmente no exemplo moral. Na coragem intelectual que a levou a

contrariar, em toda a extensão, toda uma visão política instalada. E fê-lo com recurso às leis e à ciência, mas também ao discernimento político. Não fosse ela, se não a maior, uma das maiores autoridades do Direito Criminal em Angola.

Foi notável, por exemplo, o esclarecimento de Luzia Sebastião a respeito do papel dos tribunais no controverso combate à corrupção. Em diversas ocasiões, como foi na mais recente edição de 6 de Julho, o VALOR criticou declarações públicas de juizes de tribunais superiores que subscreveram o combate à corrupção. O entendimento deveria ser tão simples quanto Luzia Sebastião fez questão de voltar a lembrar. Os juizes não combatem a corrupção. Aplicam a Lei conforme os dados dos processos que julgam. Quando se propõem combater a corrupção, despem a batina do Direito e da Constituição e vestem o fato do político. Mas este é apenas um dos tremendos equívocos do novo contexto. Mas lá está... Afinal, nem tudo está perdido.



### FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:** Evaristo Mulaza

**Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira

**Redacção:** Isabel Dinis, Júlio Gomes, Guilherme Francisco e Suely de Melo

**Fotografia:** Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

**Secretária de redacção:** Rosa Ngola

**Paginação:** Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

**Colaboradores:** Cândido Mendes, EY e Mário Paiva

**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda

**Tiragem:** 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:**

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

**Assistente da Administração:** Geovana Fernandes

**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e

Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Geovana Fernandes

**Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

**N° de Contribuinte:** 5401180721

**N° de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

**Endereço:** Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514

**E-mail:** administracao@gem.co.ao;

comercial@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**FERREIRA NEQUINHA,**  
empresário

**Nesta fase de pandemia, qual é a situação genérica das empresas, na Huíla?**

A maior parte das empresas está paralisada, porque não há negócio. Refiro-me às do sector da construção civil, que são as que geralmente criam postos de trabalho directos. As que estão operacionais são poucas e estão alinhadas no PIIM. Portanto, de um modo geral, a situação está mesmo complicada.

**Há quem estime o trabalho do governador Luís Nunes por, supostamente, estar a pôr a 'Huíla em movimento'. Qual é a sua opinião?**

Acho que Luís Nunes devia ser nomeado para gerir os destinos da Huíla há mais tempo. Está a fazer coisas que os antecessores não conseguiram. Acredito que se cá estivesse mais cedo muita coisa teria melhorado.

**Mas a população ainda reclama da falta de energia e água?**

Nós, os cidadãos, temos sempre razão, mas, nesses domínios, há notáveis melhorias, sobretudo no Lubango. Quanto à energia eléctrica, reduziram os arreliantes cortes e há um esforço para beneficiar o morador do bairro. A água também não falha tanto e, na periferia, onde não chega canalizada, o governo provincial está a abastecer com recurso a cisternas. Contudo, é preciso fazer mais para o conforto das pessoas aqui e em todas as localidades, na maioria desprovidas desses bens públicos.

TERÇA - FEIRA

Foi aberta a Sala de Comércio, Propriedade Intelectual e Industrial do Tribunal da Comarca de Luanda. O encontro de abertura conta com a presença do ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, o governador do BNA, José Massano, e o Juiz Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Joel Leonardo.

QUARTA - FEIRA

A ministra das Finanças, Vera Daves, apela aos novos responsáveis da Comissão de Mercados de Capitais (CMC) que tomaram posse a contribuírem com "medidas audazes", para um maior dinamismo deste organismo de supervisão e regulação.

QUINTA - FEIRA

O secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, anuncia a redução de 25% dos programas do Plano de Desenvolvimento Nacional devido à crise, frisando resultar da adequação à actual conjuntura macroeconómica nacional e global.

SEXTA - FEIRA

A Zona Económica Especial atribui a oito empresas de estrangeiras o direito pleno sobre a propriedade. As instituições funcionavam com contratos-promessa e foram submetidas à prova documental, técnica e pagamento de quantia monetária.

SÁBADO

O Banco Yetu garante que vai disponibilizar crédito para financiar a produção de bens essenciais no Kuando-Kubango. As empresas elegíveis podem estar ligadas à avicultura, corte e costura, agro-pecuária e derivados.

DOMINGO

A Sodiam clarifica, em comunicado, que as reservas de auditoria reportadas no Relatório e Contas de 2019 apresentadas ao Igape resultam de transacções ocorridas antes da entrada em funções da actual administração.



**SEGUNDA-FEIRA** Os accionistas da operadora de telecomunicações Unitel estão reunidos em assembleia-geral para deliberar sobre 13 pontos, incluindo uma auditoria forense à gestão da empresa nos últimos 10 anos e recomposição do conselho de administração.



### COTAÇÃO



#### PETRÓLEO EM ALTA...

O petróleo subiu esta segunda-feira, apoiado por dados animadores das fábricas chinesas. O Brent terminou o dia a ser negociado a 45,22 dólares, uma subida de 1,9% face à sexta-feira, dia em que se registou queda de 1,5% para 44,40 dólares. Por sua vez, o WTI terminou a segunda-feira a ser negociado a 41,94 dólares, resultado de uma subida de 1,7% face aos 41,22 dólares de sexta-feira.



#### NOS EUA, S&P500 ROÇA MÁXIMOS HISTÓRICOS

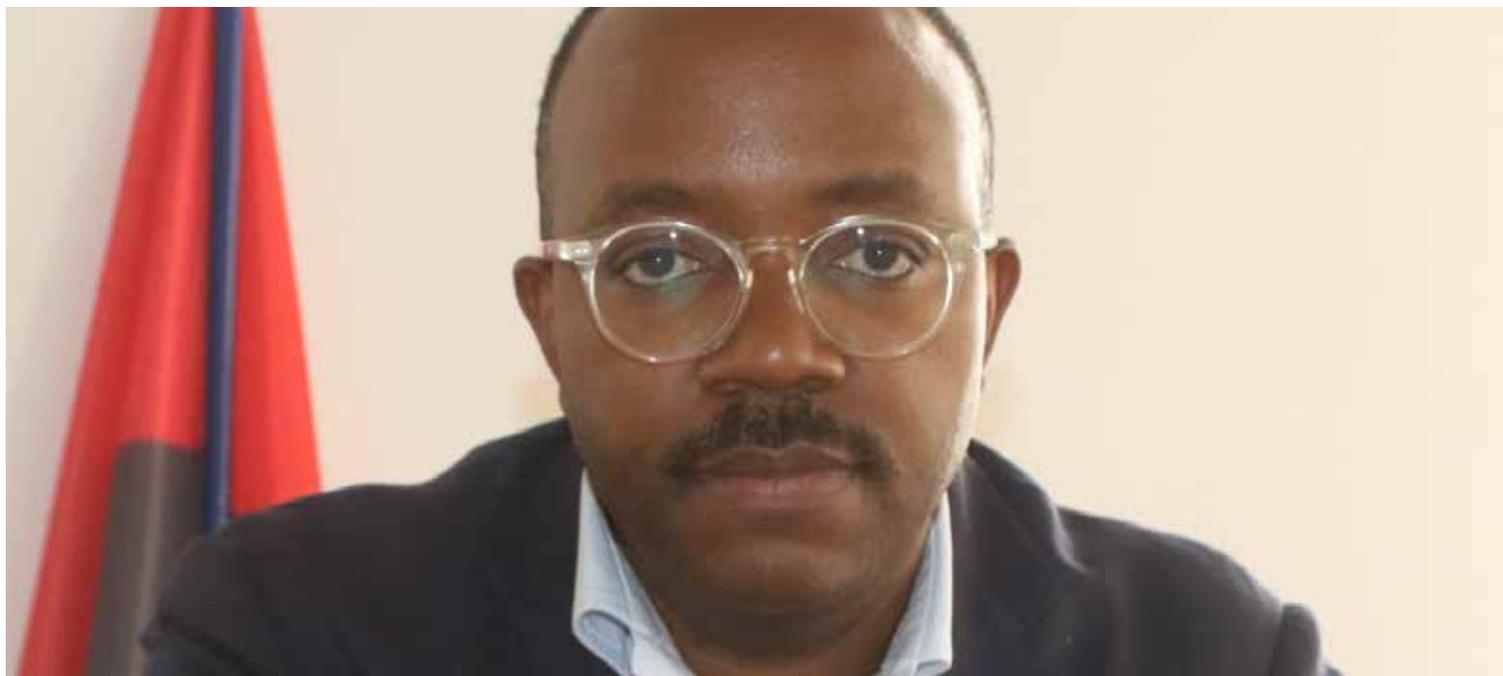
As acções norte-americanas reforçaram os ganhos de abertura com o S&P500 a registar a sétima subida consecutiva, valorizando 0,32% para 3.362,05 pontos. Assim, colocou-se a menos de 1% de superar o máximo histórico fixado a 19 de Fevereiro deste ano, nos 3.393,52 pontos. Impulsionam a subida às medidas de estímulo económico anunciadas por Donald Trump este fim-de-semana.

# Entrevista

HÉLDER CARDOSO E STEFANO DAPERNO, CÂMARA DE COMÉRCIO ANGOLA-ITÁLIA

## “Há receio do investidor italiano em saber como mitigar o risco financeiro”

Pequenas e médias empresas angolanas podem beneficiar-se de linhas de financiamento de bancos italianos. Há uma de 300 milhões de dólares já disponível, mas os critérios são rígidos. Um dos quais é a apresentação de garantias. Hélder Cardoso e Stefano Daperno, respectivamente, vice-presidente e vogal da Câmara de Comércio Angola-Itália, explicam, em detalhe, o trabalho de bastidores para se viabilizarem os financiamentos à economia angolana.



Por César Silveira

**Qual é balanço que fazem dos quase dois anos de existência da Câmara de Comércio Angola-Itália?**

**Hélder Cardoso (HC):** A Câmara foi criada a 1 de Outubro de 2018. Desde então, temos realizado algumas actividades de destaque. Em 2019, realizámos o fórum empre-

sarial da cidade de Milão, que teve a presença da Aipex, do Ministério das Relações Exteriores e várias empresas italianas e angolanas. O objectivo foi promover oportunidades de investimentos e de negócios em Angola e, fruto deste fórum, já têm havido algumas acções por parte de empresários italianos que pretendem investir em alguns sectores de interesse no país, como o mineiro, na compra do café angolano e na implementação de infra-estruturas, como portuárias, além do sector das energias renováveis. Embora recentemente

criada, durante a presença do presidente Sergio Mattarella, em 2019, a Câmara também acompanhou a delegação presidencial.

**Durante esta visita, foram assinados alguns acordos...**

**HC:** Sim, foi assinado um acordo entre o Ministério das Finanças de Angola e o banco italiano Cassa Depositi e Prestiti. A Câmara tem desenvolvido alguns contactos no sentido de acompanhar este banco na identificação de projectos em Angola que poderão ser financiados por esta linha de 300 milhões

de dólares. Trabalhamos com o sector privado e o público. O nosso objectivo é promover não apenas as trocas comerciais entre Angola e a Itália, mas sobretudo projectos de investimento de grande impacto no nosso país.

**Existem casos de linhas de financiamento disponíveis, mas que não têm sido exploradas pelos empresários angolanos. Que trabalho está a ser feito para que esta linha seja efectivamente usada?**

**HC:** É uma situação um bocadinho complexa, porque existe a vontade

da relação bilateral entre os dois países, mas, para se concretizarem as coisas, deve haver forças de instituições como a Câmara, que está entre o sector público e o privado para fazer algumas realizações de modo a facilitar a implementação desta linha. Uma das acções que a Câmara tem feito é de começar a trabalhar com bancos locais e também o BDA no sentido de ver a possibilidade de se operacionalizar esta linha por intermédio destes bancos locais.

**Stefano Daperno (SD):** É verdade. Estes acordos arriscam a ficar apenas em acordos políticos e não se concretizarem. A Câmara faz este papel de ponte entre as instituições bancárias dos dois países e as instituições locais, nesse caso de Angola, porque devem ser activadas, onde necessário, as questões de garantias, etc.. A Câmara também tem o papel – isto já estamos a fazer com outra linha de crédito de que o BDA dispõe – de encontrar entre os seus associados projectos que se enquadram nestas linhas de crédito. Portanto, o Cassa Depositi e Prestiti é uma linha que ainda está em standby. Estamos a tentar recolher projectos para apresentar. Estamos também a tentar pôr em contacto as entidades dos dois países para finalizar todos os elementos que permitirão depois concretizar os créditos.

**Referiu contactos com os bancos privados angolanos. Como avalia a receptividade destes bancos?**

**HC:** Neste momento, não temos algo de concreto ainda. Na sua visita, o presidente convidou um representante do banco justamente para se fazerem encontros preliminares. Estivemos com o BAI, o Sol e o próprio BDA, mas foi apenas um encontro preliminar no sentido também de avaliar quais são os projectos que os bancos angolanos têm que poderão ser financiados por este banco italiano. Existem alguns critérios genéricos. Se os projectos incluírem importação de equipamentos, obviamente poderiam ser feitos com empresas italianas.

**E em relação à busca de projectos, estão a encontrar iniciativas com potencial para concorrerem para esta linha? Os bancos locais estão constantemente a criticar a qualidade dos projectos apresentados pelas empresas quando concorrem para os créditos...**

“Existirão 50 ou 60 empresas que estão implementadas em Angola. É um número muito tímido e acho que tem que ver com o facto de a Itália ser um país que nunca teve uma grande história com África.”

Existe um grande interesse de empresas italianas para a aquisição de rochas ornamentais em Angola, mariscos, café.

As pequenas e médias empresas, que é o nosso target, ainda têm receio e, se calhar, pouca informação sobre Angola.

O aspecto das garantias é o que os bancos mais consideram e é um bocadinho complicado, porque aí entra, de uma certa forma, o Estado.



#### PERFIL

Stefano Daperno nasceu em 1979, em Cuneo (Italia) onde se formou em Contabilidade. Apos 11 anos de trabalhos em várias empresas italianas chega em Angola em 2000 colaborando em projectos humanitários com a cooperação italiana onde conhece em 2004 o grupo ES-KO que se ocupa de serviços de suporte logístico. É director de duas empresas do grupo, ES-KO Angola Lda e ES-KO Habitat Lda que prestam vários serviços desde venda e assistência técnica de geradores, soluções pré-fabricadas para bases de vida nos sectores Oil and Gas, construção e outros. Em Novembro de 2018 abraça a causa da Câmara de Comércio e Indústria Angola Itália sendo actualmente vogal e tesoureiro da instituição.



#### PERFIL

Nascido em Luanda, em 79, Helder Cardoso passou parte da sua via entre França, Estados Unidos e mais tarde Itália. Foi nos EUA para aonde se deslocou aos 17 anos onde se licenciou em Negócios Internacionais na Universidade Strayer, em Washington DC. De regresso a Angola, começa a trabalhar numa empresa de família onde desempenha a função de Director Geral Adjunto. Em 2017 inicia os passos preliminares para criação da Câmara de Comércio Angola Itália, fundada a 1 de Outubro de 2018.

HC: De uma forma geral, é bastante complexo. Não é um problema apenas do empresário ou apenas dos bancos. É conjuntural porque existem bons projectos, mas são vários os entraves. Existe, por exemplo, o problema das garantias, é o primeiro entrave que os empresários identificam. Existe também a temática do risco cambial.

SD: O aspecto das garantias é o que os bancos mais consideram e é um bocadinho complicado, porque aí entra, de uma certa forma, o Estado pois nem sempre os terrenos, edifícios ou

outros imobilizados conseguem ser dados como garantias por falta de alguns passos para serem completamente legalizados. E um banco não pode abrir uma hipoteca para um terreno que ainda não está completamente legalizado. Por isso, a Câmara está a tentar ver, por exemplo, com o Ministério da Administração do Território quais são os entraves e se há a possibilidade de ajudar a ultrapassá-los, porque é do interesse de todos: dos bancos, da Câmara e dos municípios que vão receber os investimen-

tos. Temos dois ou três projectos que estamos a acompanhar. São empresas angolanas, sérias, que têm uma visão moderna e, penso, não terão nenhum tipo de problemas em cumprir com os requisitos previstos tanto pelos bancos angolanos, como pelas instituições bancárias estrangeiras.

No geral, como é que o empresário italiano olha para o mercado angolano?

SD: A Itália sempre esteve habituada, assim como todos os países europeus, a olhar para os

mercados africanos como mercados para vender produtos e tecnologia. Era uma mera troca comercial. Hoje o empresariado italiano teria mais disponibilidade em não ter só uma parceria comercial, mas ser um parceiro industrial. Fazer investimentos na indústria, sobretudo no sector agrícola, mas também de transformação. Há também algumas ideias de investimento no turismo que faz parte da lista dos sectores abrangidos por esta linha de crédito da Cassa Depositi e Prestiti. A grande problemática está ligada ao equilíbrio financeiro. Faço os investimentos em euros e tenho o retorno em cinco, 10 ou 15 anos, dependendo do tipo de actividade. O meu retorno é em kwanzas, mas devo reembolsar o meu investimento em euros. Portanto, há um receio do investidor italiano em saber como mitigar este risco financeiro. Mas há uma mudança de paradigma, até porque a situação europeia é muito complicada. Hoje as empresas precisam de produzir, exportar e diversificar geograficamente o raio de acção.

O risco financeiro é o único ou a principal preocupação dos empresários italianos?

SD: O risco financeiro é o principal. Do ponto de vista da visão do país, no seu aspecto social e político, há uma grande confiança. A embaixadora de Angola em Itália, Fátima Jardim, está a fazer um grande trabalho de diplomacia económica e as autoridades italianas são muito receptivas, há um interesse grande e uma visão a longo prazo. Os principais investimentos hoje são industriais no sector do Oil & Gas e são feitos porque se acredita no país, sabe-se que tem estabilidade e garantias para investimentos a longo prazo.

HS: O Stefano falou de grandes empresas, mas as pequenas e médias empresas, que é o nosso target, ainda têm receio e, se calhar, pouca informação sobre Angola. Pretendemos adoptar o sistema que a Itália tem, que é constituído por médias e pequenas empresas; pretendemos estabelecer também estas parcerias com as pequenas empresas de Angola para entrarem em nichos de mercados. Só para ter uma ideia, uma pequena empresa perguntou-nos o que Angola faz com a pele dos animais dos matadouros. Provavelmente é deitada fora, mas só aí já poderia existir

este pequeno negócio para exportar para a Itália. Há muitas oportunidades, acreditamos muito no know-how da Itália que é um país pequeno, mas com muita experiência em diversos sectores que poderão ajudar Angola neste processo de diversificação da economia.

A Inalca é um dos rostos das empresas italianas em Angola. Têm conhecimento de possível ajuda a esta empresa, por exemplo, no quadro das linhas de financiamento?

HC: A Inalca é associada e temo-la acompanhado. Da informação que temos, esta linha de financiamento da Cassa Depositi e Prestiti provavelmente iria apoiar um megaprojecto de distribuição de carne aqui em Angola.

SD: A Inalca tem um projecto mais abrangente de logística de produtos alimentares, compra nos produtores, transformação, empacotamento e distribuição, incluindo a carne. Estamos a falar da Inalca que seria o grupo Cremonini, que é o maior grupo europeu de venda de carne e um dos principais a nível mundial. São grupos que lidam directamente com os governos. A Câmara, obviamente, também é voz dessas empresas, mas o nosso principal foco, sem esquecer os outros, é o sector empresarial composto por médias, pequenas e microempresas que são aquelas que podem fazer a diferença e fazer a economia angolana. E são as que precisam de mais auxílio porque têm menos contactos. Grupos como a Inalca e a Eni conseguem chegar directamente às instituições.

Em 2015, salvo erro, a Itália teve uma presença considerável na Filda. De lá para cá, alguma das cerca de seis ou sete dezenas que participaram instalaram-se em Angola?

HC: Na última Filda, havia apenas duas empresas italianas, foi a do ano passado. O foco da Câmara para este ano seria aumentar a presença das empresas italianas. Já tínhamos um pacote organizado, viriam cerca de 20 empresas, mas tivemos de cancelar com esta situação da covid, não apenas a Filda, mas também a MAC Frut, que é uma feira de hortofrutícola. A Câmara já tinha organizado 10 empresas do Uíge que participariam.

# Entrevista



## Continuação da página 5

Mas podem explicar a razão da redução drástica do número de empresas na última edição da Filda? HC: Acredito que foi justamente por causa do cancelamento. Há dois anos, já tinha empresas inscritas para a participação na Filda, mas, à última hora, houve um cancelamento. Desacreditaram um bocadinho no processo.

## Como é que o empresariado italiano tem acompanhado e reagido ao discurso político adoptado pelo Governo, desde 2017, de uma maior transparência?

HC: De uma forma geral, este novo paradigma tem um grande impacto para quem está fora. Havia um preconceito do passado, de como as coisas eram feitas, facilitava-se mais os grandes grupos empresariais em detrimento dos outros e só a mensagem do novo Executivo passa uma mensagem de transparência, de oportunidade e de clareza. Só o aspecto da privatização das empresas públicas já deu alguns frutos, já temos algumas unidades privatizadas e esta situação dá mais credibilidade ao nosso país, mais confiança ao investidor privado.

SD: Gostaria de complementar com um dado que é sobre o papel da Câmara neste processo de maior transparência. Temos tido solicitações de empresas angolanas que estão a realizar negócios com grupos italianos e vice-versa, temos recebido pedidos de certidões de associados. Isto é um bocadinho também o papel da Câmara. Ou seja, o associado é sócio porque passou por uma triagem, uma espécie

de due diligence e isso permite dar ao empresário italiano que faz um negócio com angolano e vice-versa uma credibilidade maior.

## Como se pode estimar a presença de empresas italianas em Angola tanto em números como em volume de negócios?

HC: Em 2018, o volume de negócios entre Angola e a Itália era de 441 milhões de dólares, destes, 100 milhões eram as exportações de produtos petrolíferos para a Itália e 341 milhões estavam relacionados com a importação de maquinaria da Itália para Angola. Isso diz claro que a relação, até ao momento, é mais comercial do que de investimento local. O Stefan, para além de vogal da Câmara, representa uma empresa italiana em Angola. Como ele, existirão 50 ou 60 empresas que estão implementadas em Angola. É um número muito tímido e acho que tem que ver com o facto de a Itália ser um país que nunca teve uma grande história com África, embora tenha sido o primeiro a reconhecer a Independência de Angola. Mas não houve a situação do colonialismo e a relação que tem a França, Portugal e Inglaterra com os países. Provavelmente, isto deve jogar um papel, mas, de uma forma geral, são maioritariamente empresas prestadoras de serviços e que representam algumas marcas cá no país.

SD: Acontece um fenómeno exactamente pelas razões históricas. Aqui são vendidos muitos produtos italianos, mas que não fazem parte da balança comercial entre Angola e a Itália, porque ainda existe uma grande central de compras, sobretudo em Portugal, e existem muitos produtos italianos que entram

em Angola através de Portugal ou de outros países. O empresariado italiano ainda tem muito espaço, pode estar mais dentro do tecido económico angolano.

## Há alguma empresa italiana a concorrer no processo de privatização?

HC: De momento, não há nenhuma que seja do nosso conhecimento.

## Qual é o impacto da pandemia nos negócios das empresas italianas em Angola?

SD: O impacto é bastante evidente, porque, só o facto de não se poder viajar limita-se muito a prospecção de novos negócios ou a realização de negócios já aprovados, mas que ainda precisam da deslocação das pessoas. Acho, no entanto, que, ao contrário daquilo que poderia parecer, não é só para a Itália e Angola, poderá ser uma grande oportunidade porque esta pandemia criou, paradoxalmente, uma maior coesão europeia. Foram aprovados instrumentos financeiros para ajudar os países e a Itália foi dos que mais vai receber desta ajuda. Se, por um lado, servirão para ajustar as contas e ajudar as empresas e as famílias italianas, por outro, permitirão também às empresas italianas, que fazem exportação ou que pretendam internacionalizar-se, serem mais competitivas. Achamos que poderá ter um impacto positivo também para Angola.

## Já agora, qual é o grupo que o senhor Stefan representa?

HC: É o grupo ES-KO. A ES-KO Italiana tem a sede na Itália, é um grupo que é conhecido em Angola desde os anos 1990, porque era a empresa que realizava toda a logís-

## Têm tido dificuldades em responder à procura?

HC: Não. Reduzimos muito as importações, porque apostámos mais nos serviços. Mas, mesmo com os serviços, é preciso fazer importação de sobresselentes entre outros, não temos registado grandes problemas.

## Estimaram em 441 milhões as trocas comerciais em 2018. E como foi 2019?

HC: Recebemos alguma informação da AGT, 2019 houve uma redução e aproximadamente rondava os 300 milhões. Houve uma redução importante, não sei se relacionada com o preço do barril e a situação financeira actual.

## Esperam um 2020 pior?

HC: Provavelmente, com esta pandemia... Já estávamos numa crise económica acentuada mais com a covid-19, sinceramente...

## E como é que o empresariado italiano tem estado a acompanhar a crise económica em Angola. Manifestam intenção de investir nesta altura mesmo?

HC: Acredito que sim, alias, não temos parado de trabalhar com as empresas. Cada dia recebemos solicitações. Também é um facto que as economias europeias já não crescem mais do que já cresceram, estão num processo de estagnação e muitas das empresas têm esta necessidade de se virarem para outros horizontes e maximizar o potencial. Temos recebido muitos interessados. Obviamente, para se concretizar, ainda vai levar algum tempo.

## E como vê o futuro imediato?

HC: Do lado de Angola, a Câmara tem trabalhado também no sentido de ajudar as empresas a identificarem outlet para a exportação dos seus produtos. Existe um grande interesse de empresas italianas para a aquisição de rochas ornamentais em Angola, mariscos, café. Há um grande interesse por parte de empresários italianos. É só trabalhar com empresas que também nos possam garantir sustentabilidade na oferta dos produtos. Já mediámos algumas amostras de empresas angolanas, portanto existe um grande interesse. Da parte das empresas italianas, a nossa responsabilidade é mudar aquilo que era o status quo de não apenas trocas comerciais, mas queremos investimentos no país porque é possível.

*Na última Filda, havia apenas duas empresas italianas, foi a do ano passado. O foco da Câmara para este ano seria aumentar a presença das empresas italianas.*

*Só para ter uma ideia, uma pequena empresa perguntou-nos o que Angola faz com a pele dos animais dos matadouros.*

tica da missão de paz das Nações Unidas denominada Unaven. A ESKO é um dos principais fornecedores de logística para as missões militares das Nações Unidas. Depois, virámos para dar apoio logístico às empresas do Oil & Gás e de construção. Por exemplo, fazemos vendas e assistência técnica de geradores e maquinarias italianas. Os prefabricados que utilizamos são italianos.



15  
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,  
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu  
lado nas Pescas, na Pecuária  
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).  
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



**LINHA DE ATENDIMENTO BIC**  
**+(244) 923 190 870**  
Serviço disponível 24H

[www.bancobic.ao](http://www.bancobic.ao)



**BancoBIC**  
Crescemos Juntos

# Economia/Política

DEFENDE EMPRESÁRIA CELESTE DE BRITO

## Angola não tem conhecimento para implementação dos ODS

**DESENVOLVIMENTO.** Em finais de Junho, foi lançada, em Angola, a plataforma de desenvolvimento dos ODS. Empresária fala sobre os desafios para a implementação do programa das Nações Unidas.

Por César Silveira

**F**alta, em Angola, conhecimento e estrutura para a implementação dos programas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), situação que pode levar o país a ter despesas sem necessidade “com consultores que são muito caros”.

A opinião é da empresária Celeste de Brito, para quem Angola, como um dos 193 subscritores dos ODS, ganha “exactamente desenvolvimento de sustentabilidade colectiva”.

“O que me preocupa é não ter conhecimento de trabalhar com os programas globais para a implementação deste tipo de programas. Não se tem experiência, é um programa que engloba a sociedade civil, os empresários e temos poucas ou nenhuma empresa social. As cooperativas poderiam estar no carácter de empresas sociais, mas falta coordenação, falta um amplo conhecimento à volta dos programas de sustentabilidade económica”, observa.

A empresária foi condenada no conhecido caso ‘Burla Tailandesa’ e aponta a forma como foi conduzido o referido processo como exemplo da falta de conhecimento no país sobre programas de alta sustentabilidade. “Durante o julgamento, disse que era um programa associado à Agenda 30, que é assim que se trabalha e não surtiu efeito nenhum, fomos tidos como criminosos e isso deixa-me com a certeza de que Angola não tem conhecimento da forma como se deve trabalhar com os ODS”,



# 193

Número de países subscritores dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

exemplifica.

Celeste de Brito garante que, além do caso ‘Burla Tailandesa’, outros investidores ligados a programas de alta sustentabilidade estiveram e passam por Angola, mas “nem sequer lhes prestam atenção porque deduzem logo que querem enganar o Estado, querem roubar”. A empresária defende a

necessidade de se acabar com as “barreiras institucionais” que existem à volta do Presidente da República e dos responsáveis do sector financeiro, visto que os investidores que virão ao país dentro destes programas necessitarão de respostas destas instituições.

“Com estes programas, os investidores necessariamente precisam de respostas do Presidente da República, do BNA ou do Ministério das Finanças, porque precisamos de regulamentar e enquadrar o projecto, para ver se será dividido em duas, três ou quatro partes por causa da situação económica, mas o nosso Presidente e os nossos responsáveis são tão sagrados que, se alguém se aproximar deles com uma proposta, é crime. Nem sequer

ouvem, não conseguem dizer que não têm capacidade de responder porque não sabem, dizem que não é viável ou então desconfiam que se quer burlar.”

Não havendo conhecimento, acrescenta, “o que vai acontecer, no mínimo, é buscarem consultores que também são países fundáveis” e “ter despesas sem necessidade”. “Vamos buscar quadros que são muito caros, estamos a falar de alta finança e vamos estar terceirizados, enquanto temos direito de pegar a quantia que está destinada para cada país naquilo que é o fundo global para o desenvolvimento”.

A empresária estimou em cerca de 3 triliões de dólares o valor destinado para Angola que pode ser

acrescidos a qualquer momento para os ODS. “Todos os países inscritos têm este direito. Não é reembolsável, não exigem juros. É para o desenvolvimento. A entidade tem a responsabilidade de, depois de tirar uma quantia, justificar o que vai fazer e dar relatórios por 10 anos”. E acrescentou ainda que este valor não tem relação com OGE. “Pode, nem entrar aqui em dinheiro, pode estar declarado, mas, conforme o projecto, pode entrar em meios, como salários, ou rendas.”

Celeste de Brito, por outro lado, considera “engraçado” o desconhecimento de Angola visto que “foi o país do mundo onde se fez o projecto piloto do que são hoje os ODS”. “Há 102 anos, fez-se uma engenharia financeira de alta escala para provar que era possível fazerem-se as cidades sustentáveis, estou a falar da cidade da Boa Entrada, no Kwanza-Sul, a chamada Kada, que era da empresa social que, naquela altura, veio fazer este projecto aqui”, lembra, considerando-se “privilegiada” por ter tido uma formação sobre programas que deram origem aos ODS. “Tenho a minha inscrição feita directa na ONU, escrevi os meus projectos, a minha fundação. Sou parceira da ONU. O Governo, adoptando ou não os ODS, faço os meus relatórios directos para a ONU.”

O Ministério da Economia e Planeamento, na qualidade de Ordenador Nacional, lançou, a 30 de Junho, a Plataforma Nacional dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentando como um fórum de diálogo para acelerar, priorizar, disseminar e mobilizar financiamento para os ODS, bem como monitorizar a implementação em Angola.

AS TRANSPORTADORAS aéreas TAP e Taag anunciaram sete novos voos na rota Luanda-Lisboa durante o mês de Agosto. Segundo informações disponibilizadas pelo consulado de Portugal em Angola vai ser operado um voo TAP na rota Luanda-Lisboa, dia 14 de Agosto, às 22:45, enquanto a Taag tem voos marcados para os dias 11, 13, 18, 20, 25 e 27.

**TRANSCOOP**  
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO  
PERSONALIZADO COM  
CONFORTO E  
SEGURANÇA**

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO  
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



DADOS DO EXERCÍCIO TRANSACTO

## Trocas comerciais entre Angola e Portugal recuam 8,57%

**COMÉRCIO BILATERAL.** Tendência decrescente na compra de bens e serviços entre ambos os países verifica-se há pelo menos seis anos, salvo interrupção em 2017.



Por Suely de Mello

**A**s trocas comerciais entre Angola e Portugal totalizaram, no ano passado, mais de 3,2 mil milhões de euros, uma queda de 8,57% face aos 3,5 milhões de euros em 2018, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) português.

A quebra deveu-se, fundamentalmente, ao recuo das compras de Angola a Portugal que totalizaram 2,06 mil milhões de euros, face aos 2,5 mil milhões no período homólogo, uma baixa de 17,6%.

Em sentido contrário, as

exportações angolanas para Portugal, que têm verificado uma subida nos últimos três anos, passaram de 1,01 mil milhões de euros, em 2018, para 1,169 mil milhões, em 2019, um aumento de 15%.

No conjunto das vendas angolanas, segundo os dados analisados pelo VALOR, os bens representam 989,8 milhões de euros, uma subida de 15% comparativamente aos 860,8 milhões de euros do exercício anterior, ao passo que serviços reclamaram 179,8 em 2019, uma subida de 15,4% comparativamente ao período homólogo.

No outro extremo, desagregados os números das compras a Portugal, confirma-se a tendência decrescente dos últimos três anos na rubrica bens, fixando-se nos 1,2 mil milhões de euros, uma descida de 18%, face aos 1,5 mil milhões de 2018. No mesmo

sentido, os serviços prestados por Portugal a Angola decresceram 16,1% para 836,7 milhões de euros. Em 2018, foram 997,3 milhões de euros.

Em termos históricos, a tendência decrescente verifica-se, aliás, nos últimos seis anos, não fosse uma pequena recuperação em 2017, quando a compra de bens a Portugal se fixou nos 1,7 mil milhões de euros, tendo representado uma subida de 18% em relação ao ano anterior. No ano seguinte, a curva voltou a descer 15,5%.

Ainda segundo os dados disponibilizados pelo INE português, a quota de Portugal nas importações angolanas tem sofrido variações nos últimos quatro anos, tendo representado 17,34%, em 2019, depois de 13,24%, em 2016, e 16,54%, em 2017. Já em 2018, foi 15,21%.

# Mercados & Negócios

HÁ TAMBÉM DIVERGÊNCIAS INTERNAS NA SONANGOL

## Donos da Unitel divididos entre a realização ou não da auditoria forense

**CONTAS.** Juristas entendem que a referida auditoria é possível apenas em caso de processo judicial. Tema levanta discussão sobre necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) às contas da Sonangol, accionista que propõe a auditoria forense na operadora.

Por César Silveira

### MEMORIZE

- A Sonangol é detentora de 50% das participações da Unitel, enquanto a Vidatel, de Isabel dos Santos, e a Geni, de Leopoldino do Nascimento, repartem, equitativamente, os outros 50%

**A**inda não existe consenso entre os sócios da Unitel sobre a realização ou não de uma auditoria forense às contas do exer-

cício dos últimos 10 anos, um dos pontos da agenda da assembleia-geral da operadora de telefonia que iniciou a 27 de Julho e cuja conclusão estava marcada para esta segunda-feira, 10 de Agosto.

“Ainda não existe uma decisão se haverá ou não a auditoria forense”, garantiu ao VALOR fonte da operadora, acrescentando que a falta de consenso entre os sócios se deve ao entendimento segundo o qual “a auditoria forense, em princípio, são para casos de fraude e, na Unitel, não há indícios de fraude” defendido por parte dos accionistas.

Ao VALOR, o advogado Albano Pedro manifesta o mesmo entendimento, sustentando que “só

se solicita uma auditoria forense quando há um processo em curso”, visto que, “quando se diz auditoria forense, está a falar-se de uma auditoria desencadeada no âmbito de uma actividade jurisdicional, de uma actividade do tribunal”. “Esta auditoria é desenvolvida por especialistas forenses. Poderão estar auditores forenses, contabilistas forenses, economistas forenses que são chamados pelo próprio tribunal a desenvolver este trabalho de auditoria e o objectivo deste trabalho é apurar matérias criminais, a existência de irregularidades que ponham em causa a boa gestão, mas no âmbito de um processo de suspeição, de um processo que está a correr.”



Mário Mujetes © VE

Há vários anos que membros da sociedade civil defendem uma CPI às contas da petrolífera.

O jurista diz não conseguir “perceber como é que a sociedade civil solicita uma auditoria forense sem processo em curso”, argumentando que “isso não é possível”. “Ou há pessoas que

querem criar argumentos para impressionar ou não têm conhecimento do sentido e alcance dos conceitos. Nem mesmo a Procuradoria, durante a investigação, pode fazer uma auditoria forense, é desenvolvimento no âmbito do julgamento”, esclarece o advogado.

Albano Pedro lembra que “as auditorias desenvolvidas pelo Tribunal de Contas são forenses”, mas explica que este tribunal “não faz uma intervenção a pedido de particulares porque não é um tribunal de partes”. “A minha questão é se eles solicitam que o Tribunal de Contas intervenha. Será isto? Vamos supor que sim. O nosso Tribunal de Contas não desenvolve uma actividade de julgamento de partes em litígio. Ainda que tivéssemos de falar do Tribunal de Contas, o conceito é despropositado, não vejo como enquadrar o Tribunal de Contas. Portanto, ainda assim é de descartar.”

O também advogado David Mendes entende que “esta auditoria é requerida nos processos”. “Não tenho conhecimento que haja algum procedimento judicial. A não ser que tenha havido uma auditoria não judicial, cujo resultado contesta, não sendo assim, fico sem saber qual é o valor desta auditoria forense”, argumenta.

### AUDITORIA FORENSE NA SONANGOL?

Segundo apurou o VALOR, a auditoria forense consta da agenda da assembleia-geral da Unitel por solicitação da Sonangol e a posição

da petrolífera tem estado a provocar acesos debates informais entre funcionários seniores da Sonangol, visto existir uma corrente a defender que seria, primeiro, a própria Sonangol a ser alvo de uma auditoria semelhante.

“Nunca fizeram auditoria forense à Sonangol com a roubalheira toda que anda por lá, mas agora a Sonangol quer fazer na Unitel? Engraçado!”, argumentou, por exemplo, um ex-administrador da petrolífera, acrescentando que “foi com enorme estupefacção” que tomou conhecimento da intenção da Sonangol.

“Então, para quando auditoria forense às contas da Sonangol nos últimos 10 anos, ao Banco Besa e ao Banco Económico nos últimos 10 anos, às instituições financeiras e não financeiras do universo Besa e Sonangol?”, questiona um dos administradores do actual conselho de administração.

Essas interrogações, de resto, vão ao encontro das questões levantadas durante anos por partidos na oposição, sobretudo a Unita, e membros da Sociedade Civil que defendem, por exemplo, a realização de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) às contas da petrolífera.

David Mendes entende que a própria Sonangol deve entender que “as suas contas são questionadas”, salientando ser esta “a razão de permanentemente se evocar a necessidade de uma CPI”.

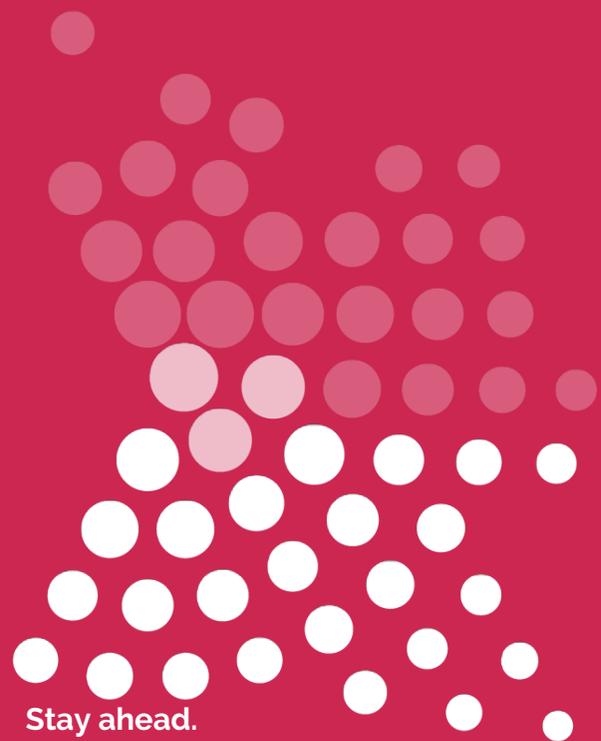
Entende, no entanto, ser “subjectivismo” correlacionar a intenção da Sonangol de acompanhar as contas na Unitel com a não realização de uma CPI nas suas contas. “A Sonangol, como investidora, tem direito de saber das contas onde investiu, é um direito, agora se ela própria não faz o problema é do dono da empresa, neste caso, do Estado, quer dizer que o próprio Estado é que não se tem preocupado com o seu dinheiro”, argumentou.

Quem entende existir relação é o também jurista Salvador Freire, para quem “é vergonhoso uma empresa da dimensão da petrolífera, que é a maior do país, pedir auditoria forense à Unitel”, quando as suas próprias levantam questionamentos.

A Sonangol é detentora de 50% das participações da Unitel, enquanto a Vidatel, de Isabel dos Santos, e a Geni, de Leopoldino do Nascimento, repartem, equitativamente, os outros 50%.

16.OUT.2020

100% DIGITAL.



Stay ahead.

# Angola

# Innovation Summit.



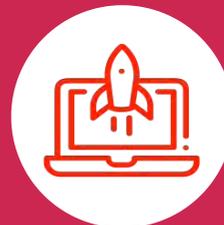
Conferência



Masterclass



Networking



Rampa de Produtos



Exposição /Feira Virtual

Uma experiência distintiva.

[www.angolasummit.co](http://www.angolasummit.co)



PARCEIROS:



MEDIA PARTNER:



# DEJURE

LUZIA SEBASTIÃO, JUÍZA CONSELHEIRA JUBILADA DO TC

## “Não é papel dos tribunais combater a corrupção”

**JUSTIÇA.** Em entrevista à TPA na passada semana, a juíza conselheira jubilada do TC defendeu que o combate à corrupção cabe ao poder político e não aos tribunais. Luzia Sebastião defendeu que crimes de natureza económica devem ser negociados ao invés da sanção criminal. Académica esclarece as razões por que o caso 500 milhões seria um assunto resolvido.



Luzia Sebastião,  
juíza jubilada  
do Tribunal  
Constitucional

Por Redacção

A juíza conselheira jubilada do Tribunal Constitucional Luzia Sebastião defende que os tribunais têm estado a fazer o seu trabalho, embora os procedimentos judiciais sejam lentos, e esclarece que “não é tarefa dos tribunais combater a corrupção”, porquanto a estes órgãos compete apenas aplicar a lei. “O combate à corrupção é algo que se faz do ponto de vista político. Faz-se atacando as causas da situação, que são sistémicas, portanto, a

nossa organização administrativa, as condições sociais em que as pessoas vivem, É aí onde é preciso atacar”, precisou a juíza.

Em entrevista à TPA, Luzia Sebastião elucidou que aos tribunais apenas cabe aplicar a lei porque as políticas estão traçadas nas leis. Por isso, continua Sebastião, quando se diz que alguém a quem é entregue o património do Estado para gerir, deve geri-lo de determinada maneira. “Se assim não o fizer, a sanção é ‘A’ ou ‘B’. O tribunal vai aferir se aquelas condutas correspondem ao previsto na lei. E vai aplicar a lei. Esta é a tarefa do tribunal.”

A juíza defendeu igualmente que, nos casos dos crimes de natureza económica, às vezes, a nego-

ciação é a melhor saída, ao invés de se partir para a sanção criminal. “É melhor uma boa negociação do que uma má demanda, porque os tribunais demoram”, justificou, acrescentando que os procedimentos judiciais são lentos por si mesmos. “Consegue dizer-me qual dos processos que têm essa denominação ‘corrupção’ já chegou ao seu termo?”, questionou-se a veneranda juíza do TC.

Luzia Sebastião recordou ainda que o Estado sabe quem são as pessoas que estão com o dinheiro supostamente adquirido de forma ilegal, e o melhor, reiterou, seria partir para uma negociação, logo na fase da instrução processual. Como exemplo de negociação, apresen-

### CASO 500 MILHÕES JÁ DEVEIA ESTAR “RESOLVIDO”

Do ponto de vista criminal, segundo a juíza, o processo relativo à transferência de 500 milhões de dólares do Banco Nacional de Angola (BNA) para um banco no exterior “já teria sido resolvido porque o dinheiro em causa foi devolvido ao Estado”. “Do ponto de vista do direito criminal, o assunto está resolvido, porque os valores foram devolvidos e as políticas criminais actuais defendem exactamente isso”, justificou, chamando a atenção que, “sempre que é reparado o dano e, no caso concreto, os valores que estavam em causa, tanto o valor do contrato como os próprios 500 milhões de dólares já foram devolvidos, o dano está reparado”, reforçou Luzia Sebastião.

Finalmente, Luzia Sebastião não vê razões para a responsabilização do ex-Presidente da República José Eduardo dos Santos, uma vez que agiu no quadro das suas competências. “Isso não tem que ver com Zénu dos Santos. Tem que ver com Valter Filipe. Porque Zénu dos Santos, nesse processo, não era inferior hierárquico do Presidente Eduardo dos Santos. Quem era inferior hierárquico é Valter Filipe. No direito criminal, costumamos dizer que há aqui uma causa de justificação, porque ele (Valter Filipe) cumpriu uma ordem de um superior hierárquico”, elucidou Luzia Sebastião, esclarecendo igualmente que se se cumpre a ordem de um superior hierárquico a conduta fica justificada e se isso beneficia Valter Filipe deve beneficiar os restantes co-arguidos do mesmo processo.

A também docente na UAN, finalmente, não vê, no caso 500 milhões, responsabilidades do ex-Presidente uma vez que JES era o gestor do OGE e estava no exercício da gestão.

O mediático caso dos 500 milhões aguarda pela sentença de três juízes da Câmara Criminal do Tribunal Supremo, após a conclusão da fase de produção de provas. Entre as notas de destaque, na apresentação dos quesitos, o Ministério Público requisitou ao Tribunal a inclusão de perguntas finais sobre um alegado contrato que previa a divisão dos valores entre os réus, mas não conseguiu apresentar o documento, após solicitação da defesa e dos juízes na mesma sessão. À imprensa, a defesa reiterou que o contrato alegado pelo Ministério Público não só não consta do processo, como não existe.

### MEMORIZE

● **Luzia Sebastião** esclarece que se se cumpre a ordem de um superior hierárquico a conduta fica justificada e se isso beneficia Valter Filipe deve beneficiar os restantes co-arguidos.

tou a garantia das pessoas supostamente envolvidas em crimes de natureza económica financiarem projectos de desenvolvimento que garantam mais empregos e irem devolvendo ao Estado o dinheiro do qual, supostamente, se apropriaram ilegalmente.

GESTÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS

# Espaço, a próxima fronteira do investimento

**FUTURO.** O investimento espacial, quer em satélites quer na exploração, atingiu um pico no ano passado graças principalmente às startups privadas como a Space X e a Blue Origin. O investimento público continua a ser dominado pelos EUA, mas a corrida ao espaço está cada vez mais renhida com a China e a Rússia por perto.

No ano passado 18 países gastaram pelo menos 200 mil milhões de USD em actividades espaciais, algumas bem-sucedidas, outras como o satélite nacional que desapareceu em órbita, nem por isso. Os EUA reinam com um investimento superior a 40 mil milhões de USD, mas a China aumentou o gasto público no seu programa espacial, nos últimos 15 anos, em 349%, para perto de seis mil milhões de USD. Em terceiro lugar dos países investidores em programas espaciais vem a Rússia com 4,2 mil milhões de dólares, bem abaixo do pico de 2013 de perto de 10 mil milhões de USD, que visavam o aumento da capacidade de telecomunicações e sistemas de observação planetários.

O Espaço é hoje o que África, Índia e as Américas foram para os europeus antes dos descobrimentos: a próxima fronteira. E o investimento privado cada vez se torna mais relevante totalizando em 2019 mais de 22,3 mil milhões de dólares investidos em 476 empresas privadas focadas do desenvolvimento e exploração espacial desde 2009.

O homem mais rico do mundo, Jeff Bezos, investiu 1,4 mil milhões de USD no braço espacial da sua companhia e Elon Musk chegou também aos mil milhões de USD de financiamento da sua Space

X que valorizou para os 33 mil milhões de USD.

55% das empresas espaciais mais financiadas estão em solo americano, 24% em solo europeu, no entanto o interesse na partilha de satélites gerado pelo aumento da necessidade de telecomunicações de ponta, diversifica e aumenta as fontes de financiamento e suas origens. Três quartos do investimento espacial é dire-

cionado ao sector de lançamento, gestão e manutenção de satélites.

A NASA, 50 anos depois de proporcionar os primeiros passos na superfície da Lua com a missão Apollo 11, está agora pressionada pelo presidente Trump a levar humanos a Marte e a voltar a ser a marca de domínio espacial dos EUA. Mais de metade

## Guia do investimento espacial privado

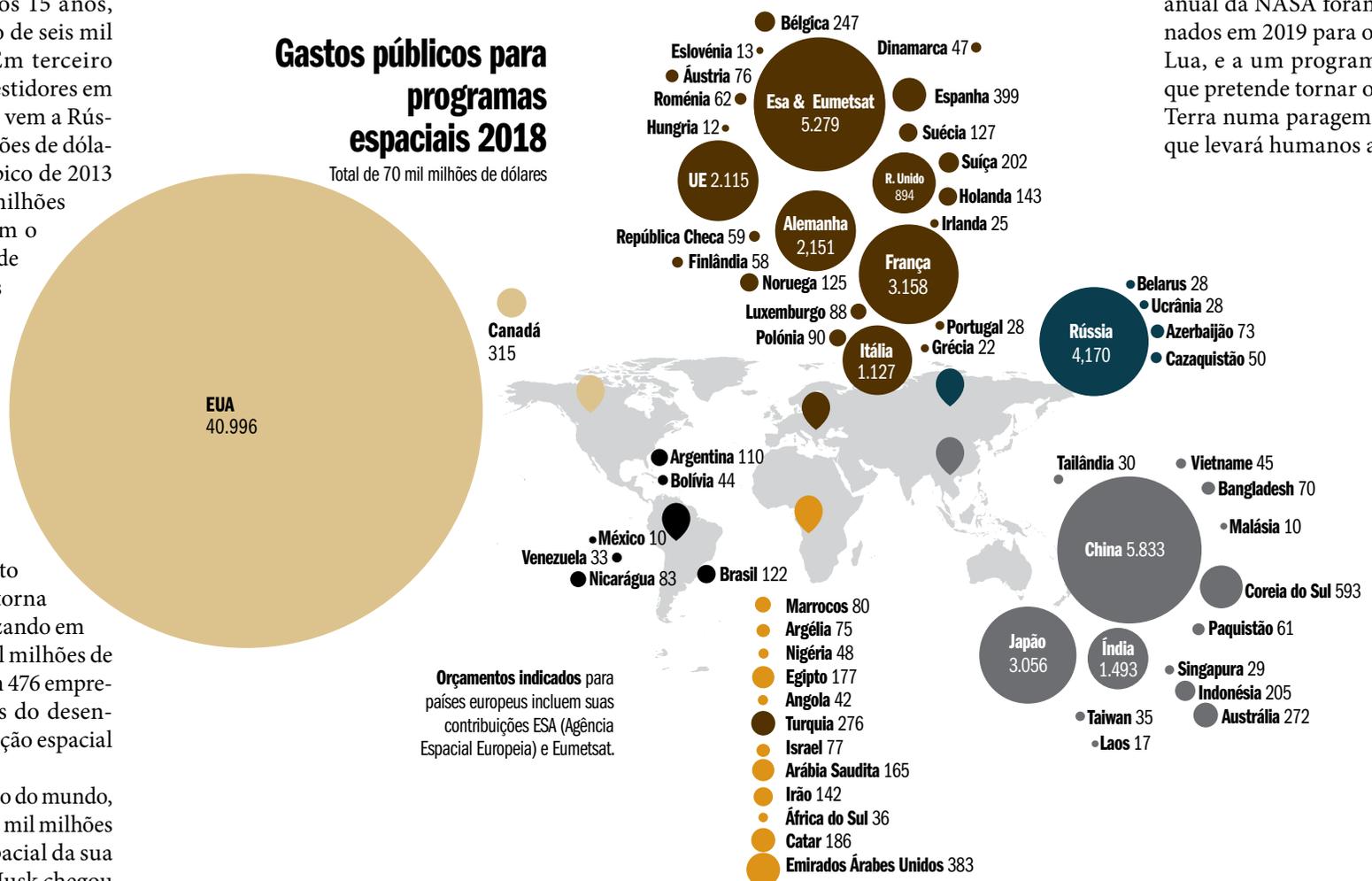
A indústria espacial, que movimenta cerca de 400 mil milhões de USD, continua a ser dominada por empresas que representam interesses soberanos. Mas o ecossistema empresarial está a mudar com entrada de investimento privado.

Segundo instituições que preparam portfólios de investimento para clientes privados, como a Goldman Sachs, a indústria espacial vai crescer múltiplos biliões de USD na próxima década com o turismo e expansão espaciais. A Virgin Galactic do multimilionário Richard Branson listou-se em Wall Street e inaugurou a possibilidade de investimento privado bolsista no Espaço. O investimento é de médio-longo prazo, mas considerado seguro. Sendo que empresas fornecedoras, como a Boeing, que assegurou no ano passado um contrato com a NASA de 4,2 mil milhões para construção de um foguetão, ou a Aerojet que valorizou em 2018 25% na divisão espacial, constituem possíveis janelas de investimento. Os principais investimentos aconselhados pelos gestores de portfólios focam-se no entanto, na gestão de satélites, a maior fatia do investimento espacial actual, e cujo interesse tende a aumentar por ser este um componente central das infraestruturas de telecomunicações. O projecto Kuiper da Amazon prevê o lançamento e gestão de 3236 satélites em órbita e os planos da Space X de 30 mil satélites. A OneWEB que se propõe ao lançamento de 650 satélites nos próximos dois anos foi valorizada em bolsa para 14 mil milhões de USD e conta investidores japoneses, indianos, ruandeses de empresas como a Airbus e a Coca-Cola. O Espaço é o limite.

dos cerca de 20 mil milhões de USD que perfazem o orçamento anual da NASA foram direccionados em 2019 para o regresso à Lua, e a um programa espacial que pretende tornar o satélite da Terra numa paragem do bilhete que levará humanos a Marte.

### Gastos públicos para programas espaciais 2018

Total de 70 mil milhões de dólares



Orçamentos indicados para países europeus incluem suas contribuições ESA (Agência Espacial Europeia) e Eumetsat.

# (In)formalizando

EM GRUPOS DE EXPATRIADOS **Por** Isabel Dinis

## De copos a aviões: vende-se de tudo na internet

**COMÉRCIO.** Vendas na internet em grupos de expatriados em Angola aumentaram. Muitas transacções são de trabalhadores estrangeiros que estão a abandonar Angola por causa da crise. Até há produtos à venda de padarias e outras lojas desmanteladas.

O confinamento social, forçado pela pandemia da covid-19, motivou o crescimento substancial de muitos negócios na internet em Angola. As páginas de venda nas redes sociais têm sido as melhores aliadas das pessoas que assim realizam transacções, evitando a exposição das lojas físicas.

Entre esses negócios, destacam-se os promovidos pelos expatriados que, pouco a pouco, abandonam Angola. De quadros superiores a trabalhadores diferenciados, de portugueses a indianos, muitos estrangeiros, que lideravam páginas criadas para interajuda em que normalmente se fazia o ‘desapego’ de alguns objectos de forma esporádica, começaram a vender cada vez mais itens usados e não só.

O Facebook tem sido a rede social mais utilizada por estes estrangeiros e alguns angolanos para venderem os seus produtos. Vende-se de tudo nestes grupos: desde vassouras usadas, copos, e até carros e aeronaves.

As legendas nas publicações de venda vão desde: “Vendendo alguns itens enquanto deixamos Angola”, “Desapegos”, “Vendendo produtos. Vamos deixar Angola”, “preços especiais para quem compra tudo”, entre outros.

Há pessoas que fizeram uma vida em Angola, em quase uma década e aqui criaram filhos. A pandemia obrigou-as a regressar ou acelerou o seu retorno aos países de origem. Outras simplesmente já estavam de saída. No intervalo desta estadia, também criaram negócios, que também foram desmantelados, com os produtos agora colocados à venda.

Nos comentários feitos nestas publicações, há quem goze com a situação evidenciando que, “do jeito que as coisas estão”, serão os próximos a dizer “tchau a Angola”. Uns lamentam e outros nem tanto. “É a vida”, escrevem.

Tudo que se possa vender é comercializado. Os itens mais comuns são roupas de adultos e infantis, objectos pessoais, louça, mobiliário de escritório e de casa, entre outros. Os preços variam de acordo com a “sensibilidade” da pessoa e a urgência em despachar os produtos, já que têm as viagens de regresso marcadas. Uns tentam, mas, quando se passam semanas ou dias sem os vender, os mesmos produtos são colocados a preços mais baixos. E assim sucessivamente até se deixar de ver publicações sobre estes itens.

Uma estrangeira abordada pelo VALOR conta que o marido tinha um contrato que terminaria no fim do ano, mas, devido à pandemia, a família vai regressar mais cedo. Vendeu de tudo: copos, fruteiras, produtos tecnológicos e itens de crianças dos dois filhos. Outra integrante destes grupos, angolana, que convive com muitos expatriados, refere



**CERCA DE 30 TONELADAS** de arroz foram compradas a aproximadamente 300 famílias agrícolas no município do Luquembo, província de Malanje, pela empresa Agrocan Songo que está a instalar um centro de compra na localidade.

que as publicações de estrangeiros a “desaparegem” de tudo é um indicador de que muitos estão a abandonar Angola, sendo que conhece “muitas pessoas que já se foram embora e outras com planos bem assentes” para deixar o país.

### CHOVEM CRÍTICAS AOS PRODUTOS E AOS PREÇOS

Muitos participantes dos grupos no Facebook, criados para expatriados em Angola ou Luanda, têm feito críticas aos preços dos produtos postos à venda. Ou às intenções de quem os promove. Os copos, vassouras, artigos para bebés têm sido os mais questionados. Há quem se interrogue se, enquanto o vendedor esteve em Angola, não criou laços com pessoas para doar “vassouras sujas”, “copos em péssimo estado” ou mesmo artigos “roçados de bebés”. “Dê à empregada, à babá ou à vizinha. Ofereça. Vender isso já é de mais”, escrevia um integrante do grupo numa publicação de artigos usados de bebés. Uns até sugeriam lares e centros infantis com crianças desfavorecidas. Reagia, explicando uma vendedora foi apenas de que já tinha doado bastante e alguns itens pretendia mesmo vender.

Os preços também têm sido outro assunto a merecer o maior número de comentários. Há quem entenda que, por se tratar de produtos usados, deviam custar menos. Os vendedores justificam os preços com a desvalorização do kwanza, com câmbio flutuante e ainda com a qualidade as marcas dos produtos. Uns vão mais

### MEMORIZE

● **As legendas nas publicações de venda vão desde: “Vendendo alguns itens enquanto deixamos Angola”, “Desapegos”, “Vendendo produtos. Vamos deixar Angola”, “preços especiais para quem compra tudo”, entre outros.**

longe lembrando “que só compra quem quer, enquanto estes espaços online vão servindo cada vez mais de mercado informal”.

### PORSCHE E AERONAVES À VENDA NA INTERNET

Nos grupos que vendem copos, vassouras e molas para estender a roupa, também aparecem, uma vez ou outra, produtos de luxo. Um Porsche a um Lamborghini. E até um avião.

Um carro modelo Porsche estava a ser vendido a 90 milhões de kwanzas e o vendedor especificava que podia ser comprado imediatamente. Poucos arriscaram em comentar. Apenas reacções de riso. A Aeronave Type –Dornier 328-300. Yearof manuf-200 esteve à venda por dois milhões de dólares. A publicação ‘viralizou’ nas redes sociais e muita gente até arriscou em adivinhar quem seria o dono.

### EXPATRIADOS FAZEM RECOMENDAÇÕES

Vários são os expatriados que, ao deixar Angola, não esquecem os seus funcionários com quem

669

Mil, número de imigrantes em Angola em 2018.

1,5

Remessas, em milhões de dólares, dos imigrantes angolanos para o país, em 2018.

2,5

Milhões de dólares, valor de venda da aeronave Type –Dornier 328-300. Yearof manuf-200, anunciado numa das páginas de venda.

lidaram durante anos, como empregadas domésticas, babás, motoristas e até jardineiros.

Nas publicações, aproveitaram para explicar as qualificações dos funcionários para que não “fiquem desamparados e encontrem um novo lar”. Há até casos de estrangeiros que, por causa da pandemia, ficaram retidos e decidiram não regressar, mas, ainda assim, recomendam os seus funcionários por intermédio de amigos da família. “Uns amigos decidiram não mais regressar por causa da pandemia e gostariam de recomendar os seus colaboradores com quem trabalharam muitos anos em Angola. O motorista, a babá, que faz deliciosas papas”, recomendava, num dos grupos, uma integrante, mas também há relatos de fraudes.

Angola contava, até 2018, com mais de 669 mil imigrantes, um número em que estavam incluídos 71,3 mil refugiados. O documento refere que a quase totalidade dos imigrantes é proveniente da África subsariana e a idade média situa-se nos 33,6 anos. As remessas dos imigrantes angolanos para o país foram 1,5 milhões de dólares, em 2018, e 11 milhões de dólares, em 2016. Os dados pertencem ao relatório do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas.

O VE contactou o Serviço de Migração Estrangeiros (SME) para tentar perceber o número de expatriados que deixou Angola nos últimos seis meses, mas ainda não obteve resposta.

### REACÇÕES DOS INTERNAUTAS

**Há quem se interrogue se, enquanto o vendedor esteve em Angola, não criou laços com pessoas para doar “vassouras sujas”, “copos em péssimo estado” ou mesmo artigos “roçados de bebés”. “Dê à empregada, à babá ou à vizinha. Ofereça. Vender isso já é de mais”, escrevia um integrante do grupo numa publicação de artigos usados de bebés. Uns até sugeriam lares e centros infantis com crianças desfavorecidas. Reagia, explicando uma vendedora foi apenas de que já tinha doado bastante e alguns itens pretendia mesmo vender.**



Expatriados com uma maior presença nos grupos de venda online



# Opiniões

## “Combate à criminalidade financeira: Desafios e desenvolvimentos recentes”



Cláudia Sanchez,  
Senior Consultant  
EY Consulting  
Services

Em 2011, o Banco Mundial e a ESAAMLG realizaram a primeira avaliação mútua de Angola a respeito da conformidade com os princípios de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. Os resultados publicados indicaram a não conformidade e conformidade parcial com 13 das 16 das recomendações core do GAFI, levando, por conseguinte, a uma revisão negativa e à entrada do país na categoria de alto risco com uma monitorização directa por parte deste organismo.

Desde então, Angola tem vindo a priorizar a implementação de um conjunto de medidas com vista à melhoria do sistema de prevenção e de combate à criminalidade financeira. Desta-

cam-se, entre outras, a reforma regulamentar e a entrada em vigor de 23 dos 41 novos regulamentos sobre o licenciamento de bancos, a governação de risco, e a gestão de créditos. Fruto destas reformas e na sequência das acções de acompanhamento do GAFI em 2016, Angola deixou de ser considerada uma jurisdição de alto risco. O organismo exaltou os progressos realizados no sector financeiro, destacando o papel do regulador em várias vertentes, nomeadamente: i) na definição de um quadro jurídico apropriado - com aplicação de medidas provisórias e de confisco adequadas; ii) na efectiva implementação de procedimentos automatizados de vigilância a clientela (customer due diligence - CDD), com consequente melhoria no controlo de transacções; iii) na operacionalização da Unidade de Informação Financeira (UIF); e iv) na aprovação da legislação que prevê a cooperação internacional em matéria penal, incluindo a prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo (PBC/CFT).

Nesta senda, em Janeiro de 2020, foi aprovada a nova Lei

de PBC/CFT e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (Lei n.º 5/20), que veio reforçar os deveres de prevenção e controlo aplicáveis às entidades sujeitas, bem como aumentar os poderes das autoridades de supervisão, nomeadamente da Unidade de Informação Financeira (UIF). De entre as alterações introduzidas destacam-se: i) a definição de “beneficiário efectivo”, que passou a incluir todas as pessoas que detenham, directa ou indirectamente, uma participação de controlo numa sociedade, tendo sido retirado o limite mínimo para a aferição do referido controlo; ii) a introdução da figura de “Pessoas Politicamente Expostas”, abrangendo qualquer pessoa nacional ou estrangeira que exerça ou tenha exercido cargos públicos em Angola ou em qualquer outro país ou jurisdição ou em qualquer organização internacional; iii) uma nova obrigação autónoma de avaliação de risco que implica que as entidades sujeitas devem implementar medidas e controlos apropriados para identificar, avaliar, compreender e mitigar o BC/FT e a proliferação de armas de destruição em massa; iv) alargamento de obrigações de identificação e diligência, passando a ser aplicáveis a transacções ocasionais executadas através de transferências electrónicas num montante superior a USD 1.000, em moeda nacional ou estrangeira; v) reforço das regras sobre a CDD no caso de transacções transfronteiras; e vi) alteração do âmbito da obrigação de comunicação de transacções suspeitas em numerário ou através de transferências electrónicas, sendo agora aplicável a transacções entre USD 5.000 e USD 15.000, dependendo da operação em questão.

Esta nova Lei reforça de forma significativa o quadro legislativo, conferindo maior credibilidade ao sector financeiro, e viabilizando deste modo a relação de correspondência bancária entre as instituições financeiras nacionais e estrangeiras. O novo quadro legal contribui desta forma para a diminuição do risco país e levanta novos desafios às organizações que terão de adaptar as políticas, os processos, procedimentos internos, sistemas de informação e estrutura organizativa para assegurar a conformidade com a nova Lei.

## E agora pergunto eu...



Geralda Embaló  
Directora-Geral  
Adjunta

A novela da IURD, por obra e graça da TPA com uma ‘super’ reportagem focada em ‘horrores’ que não são novidade nenhuma, substituiu o covid, e assuntos mais relevantes para todos, tomando o palco central das discussões entre os angolanos. Mas perguntas esta semana, algumas não são minhas, mas que subscrevo inteiramente, valem a pena colocar novamente. Primeiro algumas perguntas deixadas pelo jornalista Nok Nogueira na sua página como “será que a IURD vai trazer empregos de volta? Será que a IURD vai ajudar a institucionalizar o poder local? É que, como alerta, a Assembleia Nacional, que daqui a poucos dias termina a sessão legislativa, ainda não agendou o início dos debates sobre a institucionalização do poder local. As novelas sempre serviram de distração, de entretenimento enquanto coisas importantes são varridas para debaixo do tapete. Enquanto as eleições autárquicas saírem da agenda, nós vamos falando da IURD como se fosse esse um assunto de Estado, que não é.

Outra pergunta que não é “e que pergunto eu”, mas que subscrevo e vale a pena perguntar novamente é a do editorial do jornal Valor Económico da semana passada: “Umape para quê?”

Para o leitor que não teve ainda oportunidade de ler o jor-

nal online, a UMAPE é o mais novo órgão que o governo criou para, passo a citar “coligir e organizar em tempo real as informações necessárias fidedignas e oportunas sobre o estado de execução dos projectos do executivo de modo a agilizar a tomada de decisões em tempo útil do titular do poder Executivo”. Noutras palavras menos chiques, o PR precisa de um novo monitor que tome conta dos projectos e lhe dê informações confiáveis e rápidas para o ajudar na tomada de decisão. O dito monitor é integrado então por dois dos seus secretários, por três ministros e quatro ministros de Estado”.

O caricato é mesmo que, apesar de um dos ministros de Estado, Adão de Almeida, ter afirmado que a Umape não seria mais um sorvedouro do erário público, três meses mais tarde, o presidente autorizou o gasto de cerca de oito milhões de dólares para a equipar a Umape. Vale lembrar que a clínica dentária da presidência, projecto que o PR deixou cair devido às críticas, rondava os cinco milhões de dólares. Pois a Umape já tem um custo de oito, mas mais do que pela factura, vale perguntar de facto para que serve?

Com tanto secretário da presidência para isso mesmo, para ajudar o PR a decidir, com tanto ministério que supostamente devia prestar informação fidedigna, com tanta reunião ministerial, com tanto ministro, tanto secretário de Estado, tanto órgão que tem como propósito o levantamento de informação fidedigna, o Instituto Nacional de Estatística, as próprias unidades de estatística e fiscalização de projectos dos ministérios, unidades de fiscalização do Estado e os diferentes órgãos que processam essas informações, um mundo, todo financiado pelo Estado, mas, nada disso chega para dar infor-

“ Como dinheiro, a moeda digital do banco central pagaria zero juros, dando às contas bancárias remuneradas uma vantagem competitiva. ”

## Uma moeda covid?

mação fidedigna e atempada ao chefe. Alguma coisa está mesmo muito disfuncional.

Por último um outro tema obliterado pela novela da Universal foi o da venda, da Universidade Independente e que levou o dono a emitir um comunicado em que se confessa triste com os boatos de que é ‘marimbondo’ e de que a universidade vai ser confiscada pela PGR. Burity da Silva diz-se cansado dos “sobressaltos actuais que os empresários angolanos têm sido obrigados a viver diariamente”, e o saldo desse cansaço são mais 300 desempregados e o pânico justificado de quem já pagou por cursos ou estava a meio deles e é agora apeado a meio do caminho sem saber como vai ser o seu futuro. Uma instituição de ensino superior não é exactamente um supermercado, trata do futuro das pessoas, dos objectivos dos sonhos da esperança de uma vida melhor. Mas nós como gostamos de novelas, gostámos da transformação da justiça nacional numa espécie de carro alegórico de justiça popular em que a destruição de património serve de ameaça e equivale a entretenimento.

Quanto mais se confisca, mais ululamos. Não questionamos o que o Estado pode fazer com tanta coisa que confisca, já que nem o seu aparelho consegue gerir, as empresas públicas estão falidas. Mas mais pernicioso é o efeito confrangedor do investimento. O que acontece hoje é que qualquer um com dinheiro para dar continuidade a projectos que como este e como a Media Nova criam valor e empregam pessoas, corre o risco de ser chamado de marimbondo e até julgado por isso. E agora pergunto eu, que investidor no seu perfeito juízo se arrisca a investir em correndo o risco de amanhã se ver acusado de marimbondo e afins? Pergunto-me se há expressão que tenha retraído mais o investimento nacional? É que nem com “as costas quentes”, porque mesmo os que hoje estão alinhados com os ‘não marimbondos’ (se é que existem), amanhã podem tornar-se marimbondos de pleno direito do dia para a noite. Dificilmente vale a pena arriscar.

Numa fase em que se precisa tanto de investimento, haverá rótulo cuja significância tenha custado mais à economia do país como esta divisão tão flexível e opaca entre marimbondos e não marimbondos?



Kenneth Rogoff

A medida que a crise do covid-19 acelera, há uma mudança que há muito ocorre com relação ao abandono do dinheiro vivo (pelo menos em transacções legais). As discussões oficiais sobre moedas digitais aquecem. Entre o iminente lançamento da libra do Facebook e a moeda digital proposta pelo banco central da China, os eventos de hoje podem remodelar as finanças globais por uma geração. Um recente relatório do G30 argumenta que os bancos centrais precisam começar a agir rapidamente.

Muito se encontra em jogo, incluindo a estabilidade financeira global e o controlo da informação. A inovação financeira, se não for cuidadosamente administrada, geralmente está na raiz de crises. O dólar oferece aos EUA significativos recursos para fazer monitoramento das economias e propor sanções. O domínio do dólar não é apenas sobre qual moeda seja usada, mas também sobre os sistemas que compensam as transacções. Da China à Europa, há um desejo crescente de contestar isso. É aqui que muita inovação pode acontecer.

Os bancos centrais podem adotar três abordagens distintas. Uma é fazer melhorias significativas no actual sistema: reduzir as tarifas de cartões de crédito e débito, garantir a inclusão financeira universal e actualizar os sistemas para que os pagamentos digitais possam ser liquidados em um instante e não em um dia.

Os EUA estão muito atrasados em todas essas áreas, principalmente porque o ‘lobby’ bancário e financeiro é muito poderoso. Para sermos justos, os formuladores de políticas também precisam de se preocupar em manter seguro o sistema de pagamentos: o próximo vírus que atingir a economia glo-



*O domínio do dólar não é apenas sobre qual moeda seja usada, mas também sobre os sistemas que compensam as transacções. Da China à Europa, há um desejo crescente de contestar isso. É aqui que muita inovação pode acontecer.*

bal pode muito bem ser digital. Uma reforma muito rápida poderia criar riscos inesperados.

Ao mesmo tempo, qualquer esforço para manter o ‘status quo’ deve oferecer espaço para novos participantes, sejam ‘moedas estáveis’ atreladas a uma moeda principal, como a libra do Facebook, ou ‘tokens’ resgatáveis de plataformas que grandes empresas do comércio tecnológico, como a Amazon e a Alibaba, possam emitir, apoiados pela capacidade de gastar em mercadorias o que essas plataformas vendem.

A abordagem mais radical seria uma moeda dominante de banco central de comércio a retalho internacional, que permita aos consumidores manter contas directamente no banco central. Isso poderia oferecer grandes vantagens, como a garantia de inclusão financeira e a

eliminação das corridas aos bancos.

Mas mudanças radicais também trazem muitos riscos. Uma é que o banco central está mal posicionado para fornecer serviços de qualidade em pequenas contas de comércio tecnológico. Talvez isso possa ser resolvido com tempo, usando-se a inteligência artificial ou expandindo-se os serviços financeiros oferecidos por agências dos correios.

De facto, quando se trata de moedas digitais de bancos centrais de vendas a retalho, os economistas preocupam-se com um problema ainda maior: quem fará empréstimos a consumidores e pequenas empresas se os bancos perderem a maioria dos consumidores, que constituem a sua melhor e mais barata fonte de pedidos de empréstimos?

Em princípio, o banco central poderia emprestar ao sector bancário os fundos que obtém de depósitos em moeda digital. Isso daria aos governos, no entanto, uma quantidade excessiva de poder sobre o fluxo de crédito e, finalmente, o desenvolvimento da economia. Alguns podem ver isso como benefício, mas a maioria dos banqueiros centrais provavelmente tem profundas reservas quanto a assumir esse papel.

A segurança é outra questão. O sistema actual, no qual os bancos privados desempenham papel central nos pagamentos e concessão de empréstimos, existe no mundo há mais de um século. Claro, houve problemas; mas, apesar de todos os desafios que as crises bancárias cria-

ram, quebras sistémicas na segurança não têm sido o principal problema.

Especialistas em tecnologia alertam que, apesar de toda a promessa de novos sistemas criptográficos (nos quais muitas novas ideias se baseiam), um novo sistema pode levar de cinco a dez anos para ‘ficar no ponto’. Que país gostaria de ser cobiada financeira?

A nova moeda digital da China oferece uma terceira e intermediária visão. Como o relatório do G30 descreve com mais detalhes do que o anteriormente disponível, a abordagem da China envolve a substituição da maioria das moedas de papel, mas não a substituição dos bancos. Por outras palavras, os consumidores ainda manteriam contas nos bancos, que, por sua vez, manteriam contas no banco central.

Quando os consumidores querem dinheiro vivo, no entanto, em vez de receber papel-moeda (que rapidamente se está a tornar obsoleto nas cidades chinesas), recebem ‘tokens’ na sua carteira digital no banco central. Como dinheiro, a moeda digital do banco central pagaria zero juros, dando às contas bancárias remuneradas uma vantagem competitiva.

Obviamente, os governos podem mudar de ideias mais tarde e começar a oferecer juros; os bancos também podem perder a vantagem se o nível geral de taxas de juros entrar em colapso. Essa estrutura retira o anonimato da moeda em papel, mas muitas autoridades monetárias, incluindo o Banco Central Europeu, discutiram ideias para a introdução de pagamentos anónimos de baixo valor.

Por último, mas não menos importante, uma mudança para as moedas digitais facilitaria a implementação de taxas de juros profundamente negativas que ajudariam bastante a restaurar a potência da política monetária em crise.

De uma maneira ou de outra, o mundo pós-pandemia move-se muito rapidamente em tecnologias de pagamentos. Os bancos centrais não podem promover esse atraso.

*Professor de Economia e Políticas Públicas na Universidade de Harvard; ex-economista-chefe do FMI, 2001-2003*

# Opiniões



## Dr. Massano, continuo em dúvidas se se gastariam “absolutamente” os mesmos 30 milhões USD...



**César Silveira,**  
Editor Executivo  
Valor Económico

Na recente entrevista à Televisão Pública de Angola, o governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, garantiu que, se o Governo não gastasse 30 milhões de dólares com a produção da série do kwanza 2020, investiria o mesmo valor com a reposição das notas da família 2012 que se fossem deteriorando, sobretudo porque estas têm o período de durabilidade inferior ao da nova família.

Ora, apesar da reconhecida experiência de José Massano na banca e, sobretudo, na governação do BNA, fica difícil aceitar que, nesta conta, esteja tão certo quanto  $2+2=4$ . Foi exactamente isso que Massano passou ao afirmar “absolutamente”, quando questionado se se gastariam os mesmos 30 milhões dólares com o exercício de reposição das notas que se fossem deteriorando.

Não pode ser assim tão linear, visto que uma coisa é o exercício de imprimir apenas notas já desenhadas, pensadas e trabalhadas, sem custos com pesquisas, audi-

tórias, consultorias e designers. Outra coisa é o processo completo. Só por aqui, é fácil concluir que é impossível gastar-se absolutamente os mesmos 30 milhões de dólares.

Há outras contas possíveis. Têm que ver, por exemplo, com a diferença entre o volume de notas a imprimir no exercício de reposição das deterioradas e o que é impresso no exercício de introdução de uma nova família. Parece lógico concluir que a quantidade nunca é a mesma e, sequencialmente, o investimento feito na impressão parece não ser “absolutamente” o mesmo. Salvo se o volume impresso em cada exercício de reposição das notas seja taxativamente igual ao colocado a cada lançamento de uma nova família da moeda.

Aquando do lançamento da série 2012, estimou-se que seriam colocadas em circulação cerca de 750 milhões de notas. Portanto, fica difícil aceitar que em cada exercício de reposição tenham sido impressas as mesmas 750 milhões de notas.

As contas de Massano podem estar certas se a referência for o investimento acumulado que seria feito ao longo de vários anos com a reposição das notas deterioradas. E se for este o caso, o governador do BNA deixou de responder à questão sobre se é ou não oportuno investir 30 milhões de dólares numa altura de crise. Portanto, as dúvidas continuam.

## Vamos nacionalizar as escolas privadas e treinar os professores – II



**Geralda Embaló**  
Directora-Geral  
Adjunta

Quando, na edição de 20 de Julho, falei sobre a privatização das escolas, não me passou pela cabeça que ia pôr a mão num ninho de marimbondos. Infelizmente, foi o que aconteceu. E vejamos lá que até de bárbaro me chamaram. Eu, um caluanda do bairro Operário, de repente, virei bárbaro. É caso para dizer, ‘sukuama’.

Antes de me alongar, quero aqui sublinhar que acredito que a quem se propõe fechar a escola que possui o Estado nacionalize essa instituição. Basta um pequeno detalhe para justificar que assim se proceda. Essa instituição de ensino teve alunos que completaram os estudos. Se, por acaso, fecharem, quem daqui a cinco-dez anos emitirá um certificado de aprendizagem desses alunos? Basta este ponto para dizer que nenhuma instituição de ensino pode simplesmente fechar. Os mercenários do ensino, sabendo disso, tentaram encostar o Governo à parede. Por isso, eu acredito que essas instituições de ensino, que se propõem fechar em total desrespeito pelos estudantes e pela sociedade, sejam nacionalizadas. Aqui, repito, o Governo tem a obrigação de nacionalizar as escolas que forem encerradas pelos donos neste momento de crise. Os donos têm de aprender a viver com os dias difíceis.

Porém, o mais importante é o aspecto de se treinarem os professores. Os meus detractores falaram, e bem, da qualidade dos profes-

sores. Ignoraram a minha proposta para que, nesta fase, se treinassem os professores. Pelo que me é dado a perceber, a grande maioria dos professores precisa de treino intensivo para haver melhoria global. E, posteriormente, precisam de reciclagem periódica. De desenvolvimento contínuo. Só assim poderemos ter um ensino da mais alta qualidade, tão alta quanto quisermos.

Fui ainda acusado de ser comunista, por alguns, e socialista, por outros. Definitivamente, não sou nem uma coisa, nem outra, embora acredite que os socialistas e comunistas também fazem coisas boas e dignas da sociedade. O ensino de Cuba e da Coreia do Norte são exemplo vivo disso.

Defendo o conceito de escolas públicas de referência porque sou fruto de escolas públicas. Fiz a minha educação primária nas escolas do funje e 147. O secundário, foi no Salvador Correia e no Paulo Dias. E depois a Universidade de Luanda. Tudo escolas públicas. Foram meus colegas muitos dos letrados que hoje participam do Governo, da Assembleia Nacional, dos órgãos de justiça e até do exército. Das escolas públicas saíram deputados, ministros, presidentes, médicos, generais e demais actores sociais, incluindo vagabundos e marimbondos. Quando frequentava o ensino primário e secundário, havia colégios em Angola e tinham estudantes. Porém, quem andava nesses estabelecimentos?

Regra geral, eram os meninos ‘burros’, os malcomportados, muitas vezes, os que eram expulsos das instituições públicas. Aqueles que perdiam o lugar na escola pública. A sociedade olhava para estes indivíduos como párias. E eram tão poucos, coitadinhos...

Havia alguns filhos de fazendeiros que, vindos do interior, iam para esses colégios porque, regra geral, ofereciam alojamento e a disciplina necessária de que os jovens precisavam quando estão longe dos pais.

Nessas escolas públicas, estudei com os filhos dos capitalistas na altura. Que me recorde, estudei com os filhos de pelo menos dois governadores, de generais, médicos, e toda a cúpula desses dias da vida colonial. Estudei também com filhos de operários (sendo eu um deles) e de camponeses. E se é verdade que o ensino não era global, também é verdade que tinha qualidade e rigor.

O que precisamos hoje é da globalidade que não havia. Precisamos de rigor. Para tal, precisamos de bons professores, bem qualificados, bem treinados, para darem a este país os gestores de que precisamos. Será que há matéria prima para tal? Eu acredito que sim.

Os professores têm de começar a ser tratados como professores, como os fazedores da sociedade que eles são. Têm de ser respeitados por pais e alunos. Têm de ser respeitados pelo Ministério da Educação. O professor tem a nobre função de fazer mentes, de ensinar, de transmitir educação, cultura, moral e hábitos salutares. O professor não tem de limpar o pátio da escola. E o professor da escola pública tem de ser pago. Tem de ser muito bem pago. Se um oportunista qualquer promovido a deputado beneficia de um milhão de kwanzas de salário, um professor deverá beneficiar de um milhão de kwanzas. Deputado qualquer um pode ser. Até eu. Professor não é qualquer um.

E é aí que reside o problema. Qualquer mercenário do ensino abre um colégio. Um instituto. Uma universidade. Porquê? Porque o índice de salário é tão baixo e as propinas tão altas que se podem dar a esse luxo. Até pensam que isto é capitalismo. E, ainda por cima, não têm responsabilidade nenhuma pelo produto final. Nem respeito pelos antigos alunos ao proporem-se fechar as respectivas instituições.

A título de exemplo, só temos de olhar para as ‘dignas escolas’ do mundo. Harvard, Yale, MIT, Imperial College, Universidade de Beijing, Universidade de Coimbra, Sorbonne, etc., são todas elas instituições públicas. Entre os maiores centros de educação do mundo, não existem instituições privadas e esta é mais uma razão para o Governo nacionalizar aquelas que o ameaçam fechar só porque os donos deixaram de facturarem feio.

Só assim poderemos corrigir o que está mal e melhorar o que está bem. E quem ganha é o povo. O futuro promete.



# Jornal Valor Económico

Visite o site [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

Regista-te

**Sobre** [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

**Fotos** [Ver tudo](#)



Edição 218 Partilhas 61 Likes 80

**A edição 220 do Valor Económico mereceu vários comentários no Facebook a diferentes temas, sendo que o principal tema discutido pelos internautas a Umape que já tem um custo de oito milhões de USD. Outros temas discutidos foram o fornecimento de aeronaves à TAAG, que a Boeing tem em suspenso por falta de comunicação do governo e a percentagem de entradas com visto de turismo liderada pelos portugueses, tudo numa edição que reuniu cerca de 5 mil interações entre emoções, partilhas e comentários aos diferentes temas.**

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico.

Graças e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

## Facebook/Comentários



**José Rui de Carvalho** Que monitor é esse? Que custa 8 milhões?



**Divaldo Cruz** 8 milhões para a UMAPE? Desnorte total!



**Samuel Mulaza** Sou mestre em Gestão de Projectos, formado pela FGV, trabalho em gestão e monitorização de projectos ininterruptamente desde o ano de 2011, conheço todas metodologias que se podem aplicar para esse fim e toda, ou quase toda, tecnologia que se pode usar para monitoramento eficaz de portfólio de projectos, tenho noção dos preços de mercado para soluções. E até agora não consegui perceber que raio vão comprar com esse dinheiro todo. Temos que parar com isso de tudo custar largos milhões de dólares. dinheiro não é papel, temos que mudar essa mentalidade da micha ou nunca chegaremos ao progresso. Será que vão trazer a metodologia, tecnologia e consultores da NASA?



**Divaldo Cruz** Não acertam uma!!!



**Guida M. Teixeira** Ganda monitor, eh pá!



**Jose Piedade** Já não sei o que é prioridade nesse país tudo que tem haver com eles é prioridade relegando as prioridades do povo em segundo plano JLo eu confiei dei benefícios a dúvida estou decepcionado contigo estás a falhar connosco que acreditamos mutilastes a nossa esperança.



**Ruben Araujo** "Boeing prolonga..." Com o turismo parado imensas companhias preferiram perder \$, e cancelar a compra... o que não falta são aviões para entregar... Aliás a TAAG até pode explicar como comprou os últimos 777 tão rápido!!! Srs jornalistas...um pouco de Vitamina B6 ajuda a memória e o cérebro...



**Joseph Macedo** Será que vão comprar os 777X



**Pedro Garcia** Turistas???? Kkkkkk.



**Ruben Araujo** 27%...dos quais 90% deve-se ao preço dos vistos para turismo serem mais baratos que para investidores ou trabalho...



**Carlos Santos** (O novo IRT) desde logo, ao penalizar a classe média (que até já nem é média), limita ainda mais a procura! A arrecadação fiscal entra sob a forma de IRT e vai penalizar o IVA que, esse sim, é um imposto sobre o consumo!



**Divaldo Cruz** Aumento da pobreza

# Covid-19



NOVAS MEDIDAS

## Restaurantes e similares com horários alargados

Os restaurantes e similares passam a ter o horário alargado a partir de 9 de Agosto, segundo as novas regras excepcionais acrescentadas ao Estado de Calamidade.

Os restaurantes vão funcionar das 6 horas até às 21 horas. A ocupação destes estabelecimentos não pode exceder os 50% da capacidade, devendo ser asseguradas as regras de biossegurança e de distanciamento físico entre os clientes, sendo

permitidos apenas serviços de atendimento à mesa. Não são permitidos serviços de alimentação em regime self-service e de atendimento ao balcão.

Os serviços de 'takeaway' continuam a ser feitos até às 22 horas. As novas medidas têm um período de vigência de 30 dias.

Também os estabelecimentos comerciais e cantinas voltam a ter o horário alargado. Passam, neste período, a fun-

cionar das 7 até às 19 horas. A força de trabalho nestes espaços não deve ultrapassar os 50%, em Luanda, e 75% nas demais províncias.

A infração a estas novas medidas impostas é passível de multas que poderão ir dos 100 mil aos 250 mil kwanzas.

As medidas são efectivas em todo o território nacional. O uso de máscaras passa a ser obrigatório em todos os locais públicos e até no interior

das viaturas. O desrespeito à regra do uso da máscara é passível de ser aplicada uma multa que varia dos cinco mil aos dez mil kwanzas.

Estas medidas, decretadas pelo Presidente da República, foram reveladas por Adão de Almeida, ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, no dia em que foi também anunciado o registo de 34 novos infectados e três mortes, vítimas do covid-19.

DESDE O INÍCIO

Estados Unidos com mais de cinco milhões de infectados

Os Estados Unidos registaram, até domingo, cinco milhões de casos de covid-19, desde o início da epidemia, de acordo com uma contagem independente da Universidade Johns Hopkins.

A primeira potência económica mundial é, de longe, a mais atingida em todo o mundo pela doença, com um registo ainda de 162 mil óbitos. Há pouco mais de duas semanas, o número de casos confirmados no país tinha já atingido os quatro milhões.

Para ajudar milhões de norte-americanos no desemprego devido à pandemia e às medidas de confinamento impostas para controlar a doença, o presidente Donald Trump anunciou um novo plano de ajuda à economia do país. Trump promulgou o documento por decreto, por falta de acordo no Congresso norte-americano.

“Não devíamos ter chegado aqui. Nenhum outro país do mundo foi tão duramente atingido como nós”, denunciou o candidato democrata à Casa Branca Joe Biden, ao criticar a inação de Trump. “Ele não quis lidar com esta pandemia e parou de tentar. Não fez o seu trabalho”, acusou o ex-vice-presidente norte-americano, que vai disputar com Trump as eleições presidenciais de Novembro.

O número de contágios disparou no final de Junho nos Estados Unidos, que registaram até mais de 70 mil novos casos diagnosticados por dia em meados de Julho.

NO ÂMBITO DAS MEDIDAS DE ALÍVIO ECONÓMICO

## Empresas aguardam por financiamento

Onze empresas ligadas à agricultura, pecuária, comércio e distribuição, das 125 inscritas no Cunene, aguardam por financiamento do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), no âmbito do programa de alívio económico.

O programa de alívio económico é uma política do Governo que visa ajudar empresas que tiveram prejuízos decorrentes da covid-19, incentivar e melhorar a qualidade e a quantidade da produção nacional.

Em declarações à Angop, o director do

Gabinete Provincial de Desenvolvimento Económico Integrado do Cunene, Orlando Alberto Kamati, explicou que o BDA conta com um comité de avaliação do crédito, para se determinar o valor a disponibilizar por cada projecto em função da dimensão e da ambição do investimento.

O responsável afirmou que a maioria das empresas inscritas é agrícola, sendo que 27 se encontram na fase de triagem, 84 na fase das candidaturas para o crédito e três empresas na fase de acompanhamento à banca.





**ANGOLA REGISTOU**, a 9 de Agosto, 100 novos casos de coronavírus (covid-19), o maior número de infeções registadas num único dia, desde o surgimento da doença, em Março.



RETIDOS

## Angola e Portugal estudam regresso de empresários

Angola e Portugal estão a estudar os mecanismos do regresso de empresários lusos, cujos negócios estão paralisados por causa da pandemia da covid-19.

A informação foi avançada pelo embaixador de Portugal em Angola, Pedro Pessoa e Costa, em declarações à imprensa, à saída de uma audiência com o presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

O diplomata referiu ser necessário definir-se rapidamente a estratégia de regresso dos homens de negócios, sob pena de afectar alguns projectos prioritários, tanto em Angola como em Portugal. Explicou que, numa primeira fase, a primazia deverá recair sobre empresários do ramo da construção civil necessários para as obras prioritárias de Angola, devendo cumprir todas as regras de biossegurança, inclusive a quarentena.

Segundo o diplomata luso, decorre um trabalho com os empresários portugueses para se identificarem apenas as pessoas necessárias para regressar, devendo a escolha recair sobre aquelas com projectos prioritários. “Será um número pequeno, mas muito necessário.”

DECRETO PRESIDENCIAL

## Venezuela em quarentena até Setembro

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, prolongou, até 13 de Setembro, o estado de alarme em vigor desde Março para combater a pandemia da covid-19 no país.

Até 10 de Agosto, estavam confirmados naquele país latino-americano 25.805 casos. “Vou prorrogar o estado de alarme, como manda a Constituição e a lei, por mais 30 dias”, disse Nicolás Maduro à televisão estatal venezuelana, no domingo.

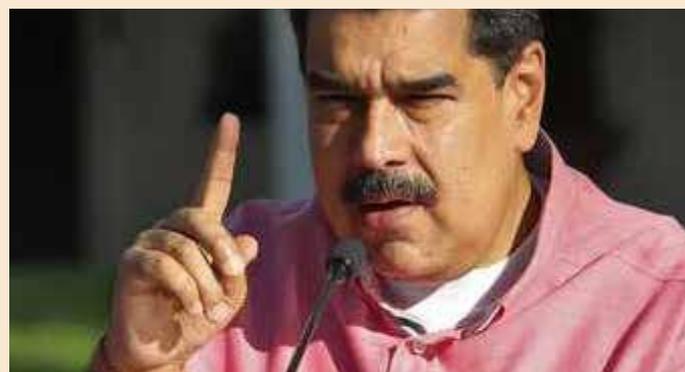
O presidente da Venezuela sublinhou ainda que “o estado de alarme permite tomar um conjunto de medidas, de decisões, verdadeiramente necessárias, individualizadas, localizadas, a nível geral”, para combater a covid-19.

Maduro indicou tam-

bém que, até 16 de Agosto, os venezuelanos vão ter sete dias de “flexibilização parcial e vigiada” da quarentena, no Distrito Capital e nos estados de Miranda, La Guaira, Sucre, Bolívar e Táchira.

Nestas regiões e naquele período, vai ser permitido o funcionamento da construção civil, de lojas de ferragem, da indústria química, dos transportes, da banca, de cabeleiros, de oficinas mecânicas e de peças para automóveis, dos consultórios médicos e odontológicos, do têxtil e calçados, além de serviços personalizados e dos veterinários.

Por outro lado, nos outros 16 estados do país, estão autorizados a funcionar, durante os próximos sete dias, centros comerciais.



EM SANTIAGO E NO SAL

## Cabo-verde determina uso obrigatório de máscaras

O uso de máscaras vai passar a ser obrigatório nos espaços públicos nas Ilhas de Santiago e do Sal, para evitar a propagação do novo coronavírus e o governo promete máscaras no mercado a baixo custo e a distribuição a pessoas com dificuldades financeiras. Em conferência de imprensa, na cidade da Praia, o ministro da Administração Interna, Paulo Rocha, referiu que a desobediência da norma implica sanções, com destaque para determinados sectores de actividades vulneráveis a propagação do vírus, como os transportes e o comércio. “Sanções mais robustas”, enfatizou Paulo Rocha, indicando que vão desde o encerramento do estabelecimento ou cancelamento de licença, cuja reabertura ficará sempre dependente de um certifi-

cado de conformidade sanitária.

Os responsáveis de estabelecimentos e instituições públicas ficam sob obrigações de recusa de serviço e interdição de acesso às pessoas sem máscaras. Nas declarações à imprensa, o ministro afirmou que o Governo decidiu pela prorrogação do estado de calamidade nessas duas ilhas com casos activos e com transmissão local da doença, mantendo encerradas algumas instalações e proibindo algumas.

Assim, ficam encerradas e proibidas as actividades recreativas, desportivas, de lazer e de diversão, realizadas em estabelecimentos e espaços de diversão, nomeadamente discotecas e salões de dança e locais onde se realizam festas, bem como as actividades culturais.

DEPOIS DE GARANTIDAS NECESSIDADES NO PAÍS

## EUA garante que vai partilhar vacinas com o mundo

O Secretário de Saúde dos Estados Unidos, Alex Azar, declarou que qualquer vacina norte-americana ou tratamento para a covid-19 seriam compartilhados com o restante do mundo assim que as necessidades dos Estados Unidos forem atendidas. Há mais de 200 candidatos à vacina em desenvolvimento ao redor do mundo, incluindo mais de 20 na fase em que são testadas em humanos. O presidente norte-

-americano, Donald Trump, prometeu que terá uma pronta até ao fim do ano. “Nossa primeira prioridade, claro, é desenvolver e produzir quantidade suficiente de vacinas e tratamentos seguros e efectivos, aprovados pela FDA para uso nos Estados Unidos”, disse Azar a repórteres durante visita a Taiwan, citado pela Reuters.

Azar também declarou que a decisão dos Estados Unidos

de deixar a OMS não significará menos envolvimento do país na saúde pública global. “Os Estados Unidos sempre foram e continuarão a ser o maior financiador de saúde pública no mundo”, acrescentou.

“Após a saída da OMS, trabalharemos com outros na comunidade mundial para encontrar os veículos apropriados para continuar a apoiar a saúde pública global.”



# Marcas & Estilos



## Indispensável

Esta garrafa da Olive Grey, inquebrável, é feita de aço inoxidável com isolamento a vácuo e mantém a bebida fresca por horas. A boca larga funciona como um arejador, suficiente para cubos de gelo para sangria, chá ou água. Pode servir de decantador de vinho.



## Puro e simplista

Os relógios Bodoni são feitos em latão e é reconhecido como um ícone de design simplista e puro. Originalmente desenhada em 1984, a versão clássica é toda preta e deu lugar à versão em aço inoxidável escovado. Na realidade, é feito com as mesmas especificações conforme o gosto de quem o encomenda.



## AUTOMÓVEL

### Alta performance

O Mercedes Benz GLE dispõe de 211 cavalos, câmara de retaguarda e assistente de estacionamento. Os espelhos retrovisores internos e externos têm função de anti-escurecimento automático, além da antena GPS e de telefone; e do sensor de chuva. A caixa de velocidades automática é do tipo 7G e o controlo da pressão dos pneus RDK. O dispositivo de embraiagem tem estabilização do reboque ESP(R) e a iluminação de contorno é por meio de farol de alta performance.

## AGENDA

### LUANDA

#### ATÉ 31 DE AGOSTO

Exposição 'Sínteses - Um artista, múltiplas linguagens' de Álvaro Macieira, no Centro Cultural Camões. Os interessados podem marcar a visita por e-mail: [icamoes.ccluanda@gmail.com](mailto:icamoes.ccluanda@gmail.com), ou pelo terminal telefónico 938141858.

#### DIA 13 DE AGOSTO

O Centro de Estudos de Ciências Jurídico-Económicas da Universidade Agostinho Neto e a Academia BAL promovem o ciclo Webinar 'O Livro Branco do pós-covid-19' com Carlos Rosado e Tomás Vieira Mário, às 18 horas, com transmissão no facebook.

#### 29 DE AGOSTO

Angola Fashion Awards, Moda na Era Digital, 2.0', a partir das 19 horas.

## LIVROS



**EM ESTE VÍRUS QUE NOS ENLOUQUECE**, Bernard-Henri Lévy contesta os que querem aproveitar o coronavírus para arrasar o que a civilização ocidental tem de melhor e a ideia de que no recomeço, após a pandemia, "nada deve ser como antes".



**SEMPRE ESTRANGEIRA**, de Claudia Durastanti é a história de uma educação sentimental contemporânea, desorientada pelo passado e pela consciência das diferenças físicas, das distinções sociais, da pertença a um lugar.



## TURISMO

### A 'Veneza' do Norte belga

Bruges é considerada uma das cidades medievais mais belas da Europa, e é chamada de 'Veneza do Norte', devido aos inúmeros canais que cortam praticamente a cidade. Devido ao encanto do centro histórico, foi declarada Património da Humanidade. As esplêndidas construções margeadas por canais fazem dela uma das cidades turísticas mais procuradas da Bélgica.

O Hotel Dukes' Palace Brugge disponibiliza um spa e quartos com decoração clássica e elegante, bem como luxuosas comodidades de cinco estrelas. Os quartos da parte principal do castelo incluem tectos altos e características originais.

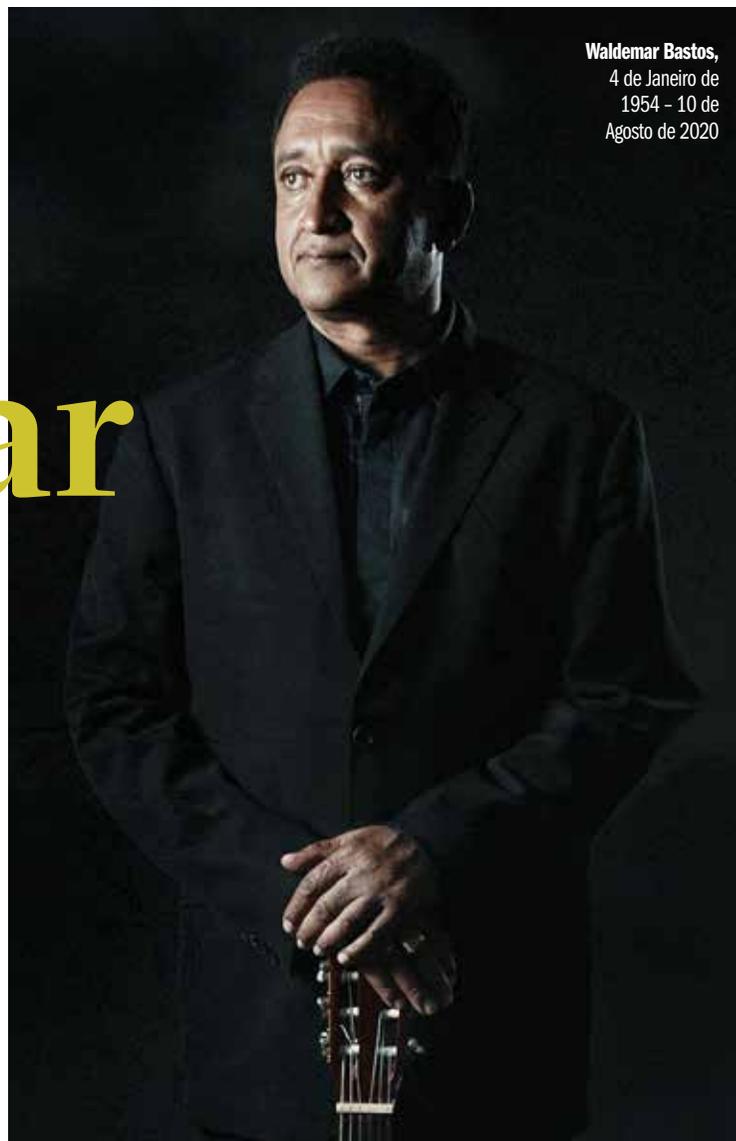
A culinária belga engloba pratos dos mais simples aos mais refinados. Em todo o lugar, pequenos quiosques oferecem batatas fritas, pacotes de pralines e waffles caramelizados. As batatas e as endívias são os legumes mais usados, assim como os aspargos e as couves de Bruxelas. Os peixes e frutos do mar são muito apreciados, como as enguias, o arenque e os mexilhões.

“Hoje perdemos um grande mestre. Perdemos o nosso Waldemar Bastos. Uma voz única. Muito obrigado, caro amigo, por tudo o que aprendemos contigo e por toda a herança musical que nos deixas.”

MÚSICO MORREU AOS 66 ANOS, DE DOENÇA PROLONGADA

# Artistas choram Waldemar Bastos

**ÓBITO.** Faleceu Waldemar Bastos, aos 66 anos. Músico lutava contra um cancro há cerca de um ano. Colegas e legião de fãs lamentam o desaparecimento do artista. Último grande concerto em Angola realizou-se em Dezembro de 2018, numa iniciativa do projecto ‘Show do Mês’, promovido pela Nova Energia.



Waldemar Bastos,  
4 de Janeiro de  
1954 - 10 de  
Agosto de 2020

Por Lúcia de Almeida

Nesta manhã desta segunda-feira, 10 de Agosto, Angola acordou com uma triste notícia: a morte do ‘grande músico’ Waldemar Bastos, vítima de doença prolongada, em Portugal, aos 66 anos, confirmou a família na página oficial do artista.

Na mensagem, lê-se “com profunda tristeza e dor, a família informa a todos os que conheciam e apreciavam a sua música, que Waldemar Bastos faleceu ontem, 9 de Agosto de 2020, vítima de doença prolongada”.

Waldemar Bastos deixa a todos, em particular ao povo humilde de Angola, o seu legado musical “ímpar e de excelência”, realça o comunicado.

Waldemar Bastos nasceu em Mbanza-Kongo, em Janeiro de 1954 e estudou no Lubango, Huíla. Vivia entre os EUA e Portugal e

fez carreira pelo mundo.

‘Cidadão do mundo’ como gostava de assim ser considerado, Waldemar Bastos granjeou mais sucesso no estrangeiro do que em Angola. O mês de Agosto, dos últimos anos, era dedicado a concertos diários por terras norte-americanas e até no Canadá.

Em 2018, o músico foi distinguido com o Prémio Nacional de Cultura e Artes, a mais importante distinção do Estado angolano nesta área e que lhe deu a honra que há muito procurava no país.

Apresentando-se com uma sonoridade que o próprio definia como “afro-luso-atlântica”, Waldemar Bas-

tos foi também o único não fadista a cantar na cerimónia de transladação, no Panteão Nacional, em Lisboa, do corpo de Amália Rodrigues, de quem era amigo.

Após a independência de Angola, em 1975, dada a crise política e financeira do país e dada a violência que levou à morte de alguns artistas

activistas contra o Estado e a política, Waldemar Bastos decidiu viajar pelos países do bloco soviético e ainda pela Polónia, Checoslováquia, Cuba e União Soviética.

Nos anos de 1980, foi viver para o Brasil e, com a ajuda de Chico Buarque (que conhecera, alguns anos antes, durante o projecto ‘Kalunga’), gravou o álbum ‘Estamos juntos’, em 1986, num disco que ainda contou com a colaboração de Martinho da Vila, João do Vale e da Orquestra Sinfónica do Brasil.

Depois de ter estado em Paris, França, Waldemar Bastos viveu em Lisboa, Portugal, onde gravou os discos ‘Angola Minha Namorada’ e ‘Pitanga Madura’ em 1992, cujo tema com o mesmo título se tornou num grande sucesso.

Em Nova Iorque, gravou ‘Preta Luz’, com a editora LuakaBop, especialista em ‘world music’, do músico David Byrne, 1998. Depois, em 2002, lançou o disco ‘20 Anos de Carreira’.

Realizou vários concertos, actuando em França, Alemanha, Cabo Verde, nos festivais de jazz de Amesterdão, Roterdão, do Canadá e em Portugal.

A carreira teve um grande impulso, quando David Byrne, ex-Talking Heads, propôs ao músico a participação na recompilação de ‘Afropea 3 Telling Stories to the Sea’, que contou também com a colaboração de outros artistas pertencentes ao movimento afro-português, como Cesária Évora e Bonga.

Apesar de ter crescido sob o clima de guerra e de opressão política, a sua música transmite imagens positivas, que convocam um sentido de unidade entre o povo e que apelam à esperança e à necessidade de valorizar a vida e a beleza no mundo.

Outro grande êxito internacional chegou com o álbum ‘Classics of my soul’, gravado com Orquestra Sinfónica de Londres, Inglaterra, num disco com a mistura de música clássica com tradicionais angolanas e cantadas por ele próprio como a ‘Velha Chica’, ‘Birin Birin’ e ‘Muxima’. Cantou em português, mas também em umbundo e em outras línguas nacionais.

Waldemar Bastos tentou regressar depois de anos de ausência e lamentava, muitas vezes, sentir-se um estrangeiro na própria terra.

Em Dezembro de 2018, fez o último concerto em Luanda, numa iniciativa do projecto ‘Show do Mês’. Na altura, o músico disse que, “pela primeira vez, sinto que estou a cantar em liberdade na minha terra”.

REAÇÕES



RUY MINGAS, Músico

“Foi o criador de canções de particular sensibilidade melódica e rítmica. Foi efectivamente o criador de temas que representaram para todos nós. Os meus sentidos pêsames à sua família e estes são extensivos a toda a família musical angolana. A minha saudade e o meu respeito, Waldemar Bastos.”



IRINA VASCONCELOS, cantora

“Xê menino, não fala política, Teresa Ana. Até sinto as pernas bambas, um aperto na alma. Inexplicável sentimento. Descansa com as estrelas, guru.”



TOTY SAME, músico

“Waldemar foi um grande Mukunji (mestre) da nossa música. O seu legado perdura para eternidade. Salve, grande mestre.”



DOM KIKAS, músico

“Hoje perdemos um grande mestre. Perdemos o nosso Waldemar Bastos. Uma voz única. Muito obrigado, caro amigo, por tudo o que aprendemos contigo e por toda a herança musical que nos deixas. Descansa em paz e que Deus abençoe a tua alma, meu kota Waldemar.”

## NÚMEROS DA SEMANA

30,7

Milhões de kwanzas, é o que foi restituído em conflitos mediados pelo Inadec em Julho, segundo a direcção do instituto.

MIL

Milhões de kwanzas, é quanto perdeu o Centro Comercial Cidade da China desde que foi decretado o estado de emergência, em Março deste ano, segundo a administração da empresa.

20

Milhões de kwanzas, montante posto em circulação em notas de 200 da série 2020 no mercado, uma semana depois do lançamento.

150

Mil milhões de kwanzas, valor que o Governo aprovou de crédito adicional ao Orçamento Geral de Estado para suportar despesas relacionadas com a saúde.

## LOBITO E LUBANGO SÃO OS PRÓXIMOS DESTINOS

## IMEX Tred investe 2 milhões de dólares em centro comercial

A empresa IMEX Tred estende a sua actividade para o mercado do varejo, vai implantar na Zona Económica Especial (ZEE) um centro comercial. Ao VALOR, Ramzi El Houchaimi, director-geral, estima em cerca de 2 milhões de dólares o investimento.

Com a previsão de empregar 155 trabalhadores, o centro comercial que exclusivamente venderá produtos fabricados pela empresa, como por exemplo colchões, tubos PVC e PEAD, estará concluído no primeiro semestre do próximo ano. Depois da inauguração, isso no mesmo ano de 2021, a empresa tenciona construir outros dois centros comerciais nas cidades de Lobito e Lubango, as províncias de Benguela e Huíla, cujo investimento no global ronda os 4 milhões de dólares, metade dos quais proveniente de financiamento externo.

Há 19 anos no mercado, a empresa de direito angolano sempre se dedicou ao fabrico de colchões, almofadas, depósitos de água e combustível, tubos PVC e PEAD, cantoneiras e outros materiais em polietileno. Actualmente está presente nas províncias de Luanda, Benguela, Cabinda e Huambo. Fruto da operação, faz saber Ramzi El Houchaimi, a empresa factura anualmente 20 milhões de dólares.

Entretanto, devido à pandemia do novo coronavírus teve reduzir a capacidade para 50%, tendo afectado a habitual facturação de 1 milhão de dólares por mês para 400 mil dólares durante a vigência do estado de emergência, com a situação de calamidade regista um ligeiro aumento, está a facturar mensalmente em torno de 700 mil dólares. A maior dificuldade da empresa tem a ver com a excessiva falta de água e energia eléctrica nas zonas onde está instalada, principalmente no KM 38, em Luanda. Ainda assim, tenciona estender a linha de produção tão logo reabra o espaço aéreo.

Guilherme Francisco



### ATRAVÉS DO FUNDO SOBERANO

## Noruega reforça investimento em Portugal

Um mês depois de Angola perder o controlo de um importante activo em Portugal, a Efacec, o fundo soberano da Noruega dá sinais de ter aquele mercado como estratégico ao reforçar o seu investimento desta vez com uma participação de 2,04% dos direitos da REN - Redes Eléctricas Nacionais.

Em junho deste ano, o Norges Bank, banco central da Noruega e administrador do fundo, já tinha reforçado a participação nos CTT

de 5% para os 5,79% depois de no final do ano passado ter reduzido a quantidade de activos em Portugal, com 20 investimentos em ações portuguesas e seis investimentos no mercado obrigacionista.

O Norges Bank é o maior investidor em ações do mundo (controla mais de 1% da capitalização bolsista global) tendo presença no capital de quase todas as cotadas portuguesas. Além dos CTT e da Altri, conta com participações qualificadas (acima de 2%) em cotadas como a EDP, Semapa, NOS e Sonae. Agora a REN junta-se à lista das participações qualificadas.

### INDÚSTRIA

## Negócios recuaram 11,7%

O Instituto Nacional de Estatística (INE) estima que o volume de negócios na indústria caiu 11,7% em Junho, destacando-se um decréscimo 15,1%, no indicador relativo ao mercado externo. Em termos homólogos e nominais, “o índice de volume de negócios na indústria apresentou uma queda 11,7%, em Junho, recuperando 19,2 pontos percentuais face ao mês anterior”.

Ambos os mercados (nacional e externo) “tiveram quedas menos negativas” que as registadas em Maio, sendo “mais intensa a melhoria no mercado externo”.

Os índices relativos aos mercados nacional e externo diminuíram 9,2% e 15,1%, contra quedas de 23,3% e 41,3% em Maio, respectivamente, salienta ainda o instituto, avançando que “a energia teve quebra homóloga mais intensa (-19,0%), registando o contributo mais negativo para a queda do índice global (-4,0 pontos percentuais). Seguem-se os bens intermédios com um contributo de -3,8 p.p., originado pela quebra de 11,4%, face a uma dimi-

nuição 26,4% em Maio.

Mas os bens de investimento passaram de uma queda de 41,5%, em Maio, para uma diminuição de 14,4%, em Junho, tendo contribuído com -2,5 p.p. para a quebra do índice total, segundo a nota do INE.

Por sua vez, os bens de consumo denotaram um contributo negativo em 1,3 p.p., em resultado da queda homóloga observada de 4,6%, que representa uma recuperação de 22,3 p.p. face ao mês de Maio.

Em termos mensais, as vendas na indústria registaram um aumento de 12,3% em Junho, quando tiveram uma queda de 12,2% em igual mês de 2019.

O INE reporta ainda que, no segundo trimestre deste ano, a diminuição homóloga das vendas na indústria foi de -25,7%, contra -3,8% no trimestre anterior.

O emprego, as remunerações e as horas trabalhadas denotaram quedas homólogas de -2,9%, -2,7% e -9,5%, contra diminuições de -3,5%, -6,0% e -21,4% em Maio, pela mesma ordem.